

REVISTA

TRANSPARÊNCIA

PUBLICAÇÃO DO IBRACON – INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

ANO 7 Nº 27 R\$ 18,00

7ª CONFERÊNCIA DO IBRACON

A cobertura completa do evento
que reuniu mais de 800 profissionais
de contabilidade e auditoria
independente, em São Paulo

BITCOINS

Os riscos tributários,
criminais e econômicos
das moedas virtuais

FORTALECIMENTO DO PAPEL DAS AUDITORIAS

Em entrevista
exclusiva, Fábio Coelho,
presidente da Previc,
defende ampliação da
atuação preventiva e
modernização regulatória

TERCEIRIZAÇÃO

Três especialistas em
Direito do Trabalho
explicam como a nova
legislação funciona

O valor da auditoria

Enquanto o mundo se transforma aos nossos olhos, nós nos voltamos para a essência do que somos. Nós, da Deloitte, estamos comprometidos, mais do que nunca, em servir como guardiões da qualidade.

Nossos profissionais estão imbuídos do propósito de disseminar transparência e credibilidade diante dos agentes de mercado, órgãos reguladores e demais *stakeholders*. Nosso olhar está pronto para captar o presente dinâmico e ajudar a enxergar e impactar o futuro.

Descubra o valor do que realmente importa.

www.deloitte.com.br



Deloitte.



O futuro é aqui e agora

Esta é uma edição muito especial da Revista Transparência Ibracon, que traz a cobertura completa da 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente promovida pelo Instituto em junho deste ano.

O encontro, que reuniu mais de 800 participantes vindos de diversas partes do País, teve como tema de destaque a ética e as novas tecnologias, abordando ainda a aplicação prática do Novo Relatório do Auditor, a norma Noclar - Resposta ao Descumprimento de Leis e Regulamentos e as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

A 7ª conferência deixou claro que os profissionais da Contabilidade são elementos fundamentais na reconstrução dos valores éticos do nosso país. Vivemos numa era marcada tanto pela globalização quanto pelo aumento da demanda por transparência das instituições. Por isso, a preponderância da ética e da lisura no controle dos gastos públicos e dos fluxos de capitais, assim como a interação entre o setor público e o privado, estão entre as principais prioridades da nossa profissão.

Como disse Matt Waldron, diretor Técnico do International Auditing and Assurance Standards Board (laasb), mesmo caminhando para a digitalização completa do processo de auditoria, “sempre haverá a necessidade de um auditor experiente para avaliar e validar os dados e as conclusões”. E, para o Ibracon, os profissionais são a base da construção de um país mais ético e transparente.

Waldron ressalta ainda que o importante é que a digitalização sempre venha somar qualidade à auditoria. E nossa Conferência mostrou que estamos no caminho certo, trabalhando pelo fortalecimento do papel da auditoria independente no mercado e na sociedade.

Não deixe de ler, também, a elucidativa entrevista com Fábio Coelho, presidente da Previc, na qual ele fala sobre o Plano de Ação 2017-2018 da entidade e defende a ampliação da atuação preventiva e maior modernização regulatória.

E, falando em novas tecnologias, vale a pena a leitura do artigo *Bitcoins*: riscos tributários, criminais e econômicos das moedas virtuais, do professor Ricardo Britto, doutor em Administração pela FEA/USP e diretor da International Business School (IBS) Americas.

Conheça o perfil de Márcio Shimomoto, presidente do Sescon-SP e da Aescon-SP, que fala, entre outras coisas, da crença na contabilidade como ferramenta de transformação do País.

Estes são alguns dos temas tratados nesta edição.

Boa leitura!

Idésio Coelho
PRESIDENTE DO IBRACON



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Nesta edição



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

14

7ª Conferência do Ibracon

Leia a cobertura completa da 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que reuniu mais de 800 profissionais e palestrantes e painelistas nacionais e internacionais

Entrevista

Fábio Coelho, presidente da Previc, fala sobre o Plano de Ação 2017-2018 da entidade e defende a ampliação da atuação preventiva e modernização regulatória

6



Foto: Jailson Magalhães

Terceirização

Especialistas em Direito do Trabalho comentam a terceirização e apontam pontos de maior atenção

Foto: arquivo pessoal



10

Soluções Tecnológicas

A tecnologia como aliada das empresas de contabilidade e firmas de auditoria

Foto: arquivo pessoal



29

Perfil

Conheça Márcio Shimomoto, presidente do Sescon-SP e da Aescon-SP, sua trajetória profissional e sua crença na contabilidade como instrumento de transformação do País

Foto: arquivo pessoal



36

Moedas virtuais

Elas vieram para ficar? Como contabilizá-las? Entender esse novo ativo é mais um desafio para os contadores e auditores independentes

Foto: arquivo pessoal



40



Buscamos o fortalecimento do papel das auditorias interna, independente e realizadas por entes públicos

Fábio Coelho, presidente da Previc, fala sobre o Plano de Ação 2017-2018 da entidade e defende a ampliação da atuação preventiva e modernização regulatória

Ao assumir o cargo de presidente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no início de 2017, Fábio Coelho tinha uma certeza: estava na hora de modernizar processos e de tomar medidas voltadas a reduzir drasticamente os riscos de corrupção.

E, já nos primeiros meses de sua gestão, iniciativas importantes começaram a tomar forma. Uma delas foi a criação da categoria das Entidades

Sistemicamente Importantes (ESI), na qual se enquadram os fundos de pensão de maior porte. Agrupadas sob essa sigla, instituições como Funcef (Caixa Econômica Federal), Postalís (Correios), Petros (Petrobrás) e Previ (Banco do Brasil) passam a ser supervisionadas e a seguir critérios específicos para a divulgação de informações financeiras.

Por sua vez, a Instrução nº 6 definiu novos procedimentos para o processo de habilitação de dirigentes dos fundos de pensão. Ela estabelece, por exemplo, que a exigência de emissão de Atestado de Habilitação na fase anterior ao exercício do cargo ficará restrita aos membros da diretoria executiva – e, quando se tratar de ESI, o requisito

será estendido aos membros dos conselhos fiscal e deliberativo.

Ambas as normas passam a valer somente em 2018 e, segundo Coelho, “têm como objetivo aprimorar o modelo de supervisão dessas entidades, com foco diferenciado para aquelas que são consideradas sistemicamente importantes”.

O atual presidente da Previc é engenheiro civil, com mestrado em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília e em Finanças pelo Instituto Coppead de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi chefe de Gabinete do diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania do Departamento Econômico do Banco Central e, antes



Foto: Jailson Magalhães

de assumir a Presidência da Previc, atuou como diretor de Assuntos Atuariais, Contábeis e Econômicos da instituição. Também foi coordenador-geral de Pesquisas Atuariais, Contábeis e Econômicas.

A seguir, ele fala sobre seus planos para o biênio 2017-2018 e explica como pretende fortalecer as auditorias – sejam elas internas, independentes ou realizadas por entes públicos.

RT – Quais são os principais objetivos do Plano de Ação 2017-2018 da Previc?

Fábio Coelho – O Plano de Ação busca fortalecer a credibilidade e a segurança do sistema. A ideia é ampliar a atuação preventiva e contribuir para a

modernização regulatória e o fortalecimento da supervisão.

RT – O Plano de Ação reúne medidas que buscam tonificar as linhas de defesa da saúde dos planos de benefícios, passando por aspectos como incentivos regulatórios, qualificação de dirigentes e processo punitivo. O Sr. pode nos explicar o que está previsto em seus quatro pilares de atuação – Regulação, Supervisão Prudencial, Relacionamento Institucional e Gestão Corporativa?

FC – Resumidamente, podemos afirmar que o pilar Regulação prevê a implantação de propostas de modernização, simplificação e revisão de normativos relevantes, além de ajuste de incentivos regulatórios. O segundo pilar, Supervisão Prudencial, visa ao aprimoramento do modelo de supervisão da Previc, com foco diferenciado em entidades sistemicamente importantes. Relacionamento Institucional pretende fazer uma aproximação estratégica com supervisores, órgãos de controle, agentes de mercado e organismos internacionais. Por fim, o pilar Gestão Corporativa volta-se à capacitação de equipes e à revisão de processos organizacionais, com uso de tecnologia e aumento da produtividade.

RT – Quais são os eixos das Instruções de números 5, 6 e 7, publicadas em 29 de maio de 2017? Em que medida elas fixam diferenças claras entre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e as Entidades Sistemicamente Importantes (ESI)?

FC – As novas instruções consolidam o modelo de Supervisão Baseada em Risco, priorizando a proporcionalidade regulatória, promovendo o caráter preventivo e o aperfeiçoamento da gestão de riscos nas entidades. A Instrução Previc nº 5 definiu o conceito de

**AS NOVAS INSTRUÇÕES
CONSOLIDAM O MODELO
DE SUPERVISÃO
BASEADA EM RISCO,
PRIORIZANDO A
PROPORCIONALIDADE
REGULATÓRIA,
PROMOVENDO O
CARÁTER PREVENTIVO
E O APERFEIÇOAMENTO
DA GESTÃO DE RISCOS
NAS ENTIDADES**

Entidade Sistemicamente Importante, a partir da soma das provisões matemáticas de seus planos de benefícios que excedam a 1% do total das provisões de todas as entidades, além das entidades de servidores públicos, cuja soma das provisões exceda 5% das entidades de seu segmento.

A Instrução nº 6 instituiu novos procedimentos para a habilitação de dirigentes, com a ampliação da exigência de Atestado de Habilitação aos membros dos conselhos fiscal e deliberativo das ESI. E a Instrução nº 7 determinou que essas entidades devem permanecer sujeitas à supervisão contínua, fortalecendo a segurança do sistema e otimizando recursos, sem prejuízo de outros critérios estabelecidos pelo Programa de Fiscalização e Monitoramento da Previc.

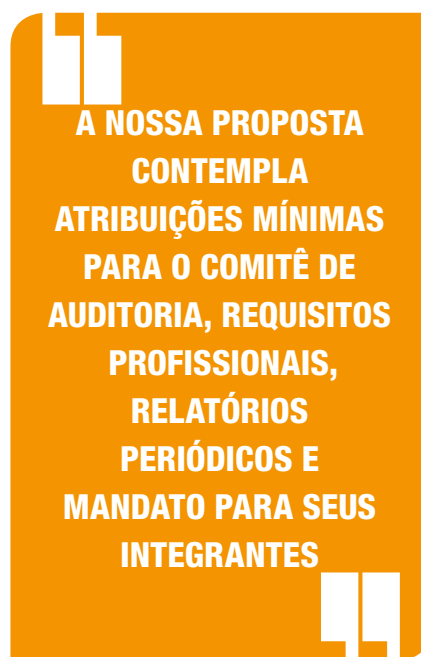
RT – Que esforços serão feitos para aperfeiçoar o trabalho das auditorias? Pelo que temos visto na imprensa, existe uma intenção de torná-las parceiras na fiscalização. Como se pretende fazer isso?

FC – Buscamos o fortalecimento do papel das auditorias interna, independente e realizadas por entes públicos. Vamos propor ao Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) uma resolução que discipline a prestação de serviços de auditoria independente nas EFPC, com a certificação dos profissionais em exame elaborado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em conjunto com o Ibracon, e a manutenção do registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), com programa de educação continuada.

RT – Haverá mudança no escopo dos relatórios de auditoria?

FC – A minuta prevê que os auditores independentes devem enviar à Previc relatórios que contemplem as demonstrações contábeis, as deficiências

identificadas no curso dos trabalhos de auditoria e a adequação dos controles internos aos riscos suportados pelas entidades, bem como recomendações destinadas a sanar essas deficiências. Esses relatórios já são usualmente elaborados pelas auditorias e abordam os escopos baseados nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria (NBC TA), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em orientações emitidas pelo Ibracon.



RT – E quanto às Entidades Sistemicamente Importantes? Haverá alguma exigência adicional?

FC – Para as 17 ESIs, haverá um relatório circunstanciado de controle interno específico, mais robusto, com observações sobre a eficiência das atividades de controle do processo de avaliação e decisão de investimentos, estrutura de governança, segregação de funções, níveis de alçada do processo decisório e observação dos padrões de segurança econômica e atuarial. O relatório também deverá abordar a aderência da

gestão dos recursos às normas em vigor, avaliação de potencial conflito de interesses entre o prestador de serviços e a contraparte, acompanhamento do contingencial jurídico, conciliação das estimativas dos processos contingentes com os registros contábeis e a viabilidade dos planos de benefícios.

RT – Há alguma proposta de regulamentação para o comitê de auditoria?

FC – Sim, a nossa proposta contempla atribuições mínimas para o comitê de auditoria, requisitos profissionais, relatórios periódicos e mandato para seus integrantes. A ideia é que essa instância seja obrigatória para as ESIs.

RT – Quais serão, exatamente, as atribuições e competências do Comitê Estratégico de Supervisão (COES), criado por meio da Portaria número 692/2017?

FC – O Comitê definirá diretrizes e estratégias da Previc para a condução de processos relacionados ao monitoramento, à prevenção e à mitigação dos riscos inerentes ao sistema de previdência complementar fechada, especialmente aqueles que possam configurar riscos sistêmicos. Adicionalmente, compete ao COES emitir recomendações para a condução dos processos relacionados à preservação do funcionamento regular do sistema, determinar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos relativos à prevenção de riscos, orientar a atuação da Previc no Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e de Capitalização (Coremec). E, também, aprovar as informações que serão divulgadas no Relatório de Estabilidade de Previdência Complementar (REP). Vamos ampliar o escopo de nossa supervisão, incorporando a análise de riscos prospectivos, em complemento à fiscalização já existente. ✓

cre·di·bi·li·da·de

(substantivo feminino)

1 Do latim *CREDIBILITAS* ou *CREDIBILITATIS*. Qualidade de ser crível. Que se pode crer, acreditável. Característica de quem conquista confiança – que possui crédito. O contrário de incredibilidade.

2 Fortalecer a confiança em toda a rede de relacionamentos é fundamental para o futuro da sua empresa. Para conquistar a credibilidade do mercado, é importante adotar uma abordagem abrangente de gestão de informações, incentivando laços duradouros, minimizando os riscos internos, externos e do dia a dia, e explorando ainda mais as oportunidades. Tudo isso só pode ser alcançado com total transparência.

Termos relacionados:

Fortalecer a credibilidade e a transparência, proteger ativos de informação.



O mundo pede novas leituras.

www.pwc.com.br/imperativos-negocios



Baixe gratuitamente o aplicativo PwC BR na App Store.





Terceirização: tire suas dúvidas

Três especialistas em Direito do Trabalho explicam como a nova legislação funciona e apontam os aspectos que exigem maior atenção

Que tipos de serviços podem ser delegados a uma empresa terceirizada? Se a empresa que eu contratei não cumprir corretamente suas obrigações trabalhistas, corro algum risco de ser responsabilizado? É verdade que as companhias podem demitir seus funcionários e recontratá-los como pessoas jurídicas?

Estas são algumas das inúmeras dúvidas que cercam a contratação de serviços terceirizados no Brasil. Mas a boa notícia é que a Lei N° 13.429, sancionada em 31 de março de 2017, simplificou algumas diretrizes e tornou mais claro o que é permitido e o que não é.

“Antes, o que regulamentava esse tipo de atividade era a Súmula 331, que deixava uma série de lacunas e dava margem a múltiplas interpretações”, comenta Elton Batalha, professor de Direito da Universidade

Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. “A nova legislação é mais clara e, portanto, aumenta a segurança jurídica para todas as partes envolvidas”, avalia.

Embora mais flexível, a nova legislação traz uma série de regras e restrições que precisam ser observadas com cuidado pelos contratantes – e também pelos auditores e consultores.

“A primeira e principal mudança é permitir a terceirização inclusive da atividade-fim da empresa. Ou seja: desde que a lei entrou em vigor, qualquer atividade de uma empresa pode ser terceirizada”, explica Sergio Schwartzman, especialista em Direito do Trabalho. “Antes, somente se podia terceirizar a chamada atividade-meio e havia sempre uma grande discussão entre o que seriam atividade-meio e atividade-fim”, diz. “Agora, a discussão acabou. A empresa é livre para terceirizar o que bem entender.”

Schwartzman ressalta, porém, que a nova legislação estabelece os requisitos indispensáveis para que a empresa terceirizada possa funcionar: “Ela deve ter registro e uma relação compatível entre o volume do seu capital social e o número de empregados. Isso é importante para que a empresa tenha como pagar eventuais dívidas trabalhistas e previdenciárias”, completa Elton Batalha.

Batalha recomenda que as empresas nem cogitem de dispensar os empregados atualmente contratados em regime de CLT para reinseri-los em regime de microempresários individuais (MEI): “Há carência de 18 meses entre o momento em que um funcionário sai da empresa e aquele em que ele pode ser recontratado como pessoa jurídica, seja como sócio ou empregado de uma firma terceirizada, seja como MEI. Tentar driblar essa



Elton Batalha

Foto: arquivo pessoal

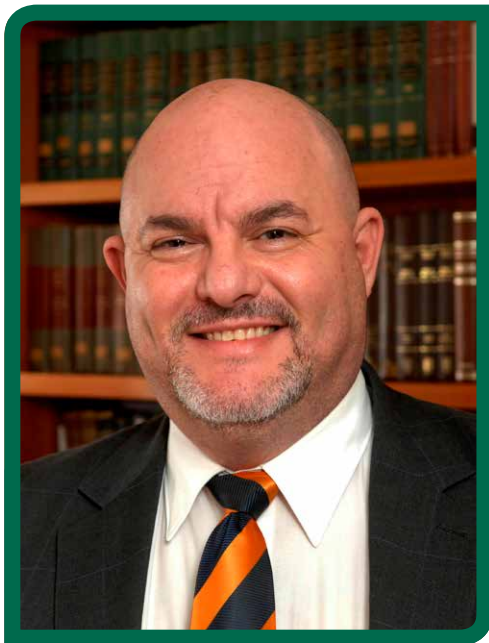


Foto: arquivo pessoal

Sergio Schwartzman

regra configura fraude”, alerta. “Além disso, não pode haver uma relação de subordinação entre contratante e trabalho terceirizado. Se existirem chefia e horário de expediente a ser cumprido, e se essas exigências estiverem sendo feitas e cobradas pelo contratante, então não temos a terceirização do serviço, mas uma relação patrão-empregado disfarçada”, ele observa.

“O trabalhador deve receber ordens exclusivamente da sua empregadora”, reforça a diretora executiva jurídica da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luciana Freire. “A empresa que presta os serviços de terceirização é que deve manter o controle da jornada de trabalho e pagar o salário do empregado. Se esses vínculos estiverem sendo mantidos pessoalmente entre o trabalhador e a empresa contratante, esta última poderá sofrer uma ação trabalhista e ser obrigada a reconhecer o vínculo empregatício”, ressalta a advogada.

“Ou seja, se um trabalhador terceirizado vem se atrasando no horário de início da jornada, a tomadora não pode chamar a atenção dele e nem puni-lo. Deve comunicar o fato à terceirizada, para que ela alerte o empregado”, explica Schwartzman.

Outro ponto fundamental, segundo Luciana Freire, é que a prestação de serviços terceirizados não atenda ao “requisito da pessoalidade”. Desse modo, o trabalho contratado pode ser feito por qualquer um dos empregados da prestadora de serviços. “O contratante não pode exigir a atuação de um profissional específico”, afirma a diretora jurídica da Fiesp.

ARMADILHAS

Na avaliação de Luciana Freire, com as novas previsões legais estabelecidas pelas Leis 13.429/17 (que versa sobre a terceirização) e 13.467/17 (reforma trabalhista), existe maior segurança jurídica para as empresas contratantes de trabalhadores terceirizados.

“Mas é sempre importante que as prestadoras de serviços sejam pessoas jurídicas idôneas e que a empresa contratante verifique se as obrigações trabalhistas e previdenciárias da terceirizada vêm sendo cumpridas efetivamente”, salienta a advogada.

“Se o pagamento das obrigações trabalhistas dos trabalhadores terceirizados, tais como salário, recolhimento de INSS e FGTS, férias e benefícios, não estiver sendo feito pelo prestador de serviços exatamente como manda a lei, a responsabilidade subsidiária poderá recair sobre a contratante”, avisa Sergio Schwartzman.

Mas, mesmo nestes casos, a segurança jurídica é maior agora do que na vigência da legislação anterior: “Por exemplo, ficou claro que o tomador somente é responsável, de forma subsidiária, pelo período em que o trabalhador prestou serviços a ele. Antes, não havia essa previsão e houve casos em que a

De acordo com a Lei N° 13.429/17, o capital social da empresa prestadora de serviços deve ser compatível com o número de empregados, observando-se os seguintes parâmetros:

- **Empresas com até dez empregados: capital mínimo de R\$ 10.000,00.**
- **Empresas com mais de dez e até 20 empregados: capital mínimo de R\$ 25.000,00.**
- **Empresas com mais de 20 e até 50 empregados: capital mínimo de R\$ 45.000,00.**
- **Empresas com mais de 50 e até 100 empregados: capital mínimo de R\$ 100.000,00.**
- **Empresas com mais de 100 empregados: capital mínimo de R\$ 250.000,00.**

FONTE: Sergio Schwartzman, especialista em Direito do Trabalho.



Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Luciana Freire

Justiça ordenou à empresa contratante pagar por todo o período de vínculo do trabalhador, ainda que este tivesse prestado serviços à parte condenada apenas durante uma parte desse tempo”, comenta Elton Batalha.

Assim, a responsabilidade subsidiária ocorre somente na ausência da firma contratada – se esta estiver falida, por exemplo.

“NÃO É SÓ QUESTÃO DE REDUZIR CUSTOS”

De acordo com Sergio Schwartzman, existe uma tendência a se interpretar a prática de terceirização como um recurso para reduzir os custos de operação de uma empresa. Ele acredita, porém, que este é apenas um dos motivos que podem levar um gestor a tomar essa decisão.

“É possível que a companhia esteja em busca de melhorias na qualidade e na produtividade, transferindo para especialistas algumas etapas do processo”, sugere. “Tomemos como exemplo a pintura dos imóveis na construção civil. Esse tipo de trabalho talvez pudesse ser feito por empregados da própria construtora. Mas, se a terceirizada é especialista naquele tipo de trabalho, é bem provável que ela conte com gente mais qualificada, que vai entregar um resultado melhor em menos tempo”, explica o advogado.

Se a nova legislação aprimora a segurança jurídica, não dá margem para a precarização das relações de trabalho e pode proporcionar, para as empresas, melhor relação custo-benefício na contratação de serviços, por que então ela foi duramente criticada por alguns setores da sociedade?

Uma das principais preocupações seria a chamada “pejotização” das companhias. Segundo Schwartzman, “pejotização” é um termo utilizado pelo Direito do Trabalho para se referir à contratação de serviços exercidos por pessoas físicas, “de modo subordinado, não eventual e oneroso, realizada por meio de pessoa jurídica constituída especialmente para esse fim, na tentativa de disfarçar eventual relação de emprego”. Já a terceirização é uma forma de organização estrutural em que uma empresa transfere a outra empresa parte de suas atividades.

“A alteração na Lei de Terceirização e a Reforma Trabalhista, que entrará em vigor no mês de novembro, não dão carta branca a qualquer tipo de fraude e nem autorizam a chamada ‘pejotização’”, reitera Schwartzman.

Mesmo assim, em junho deste ano, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão da Lei da Terceirização. Ele argumenta que a Câmara dos Deputados não cumpriu um pedido do Poder Executivo, de retirada da pauta do projeto de lei que serviu de base para a elaboração do texto aprovado.

“Não houve deliberação, pela Câmara dos Deputados, de requerimento de retirada da proposição legislativa, formulado por seu autor, o presidente da República, antes da votação conclusiva”, assevera Janot, em trecho da ação. E a não avaliação desse pedido, de acordo com o procurador, foi inconstitucional. A ação será relatada pelo ministro Gilmar Mendes.

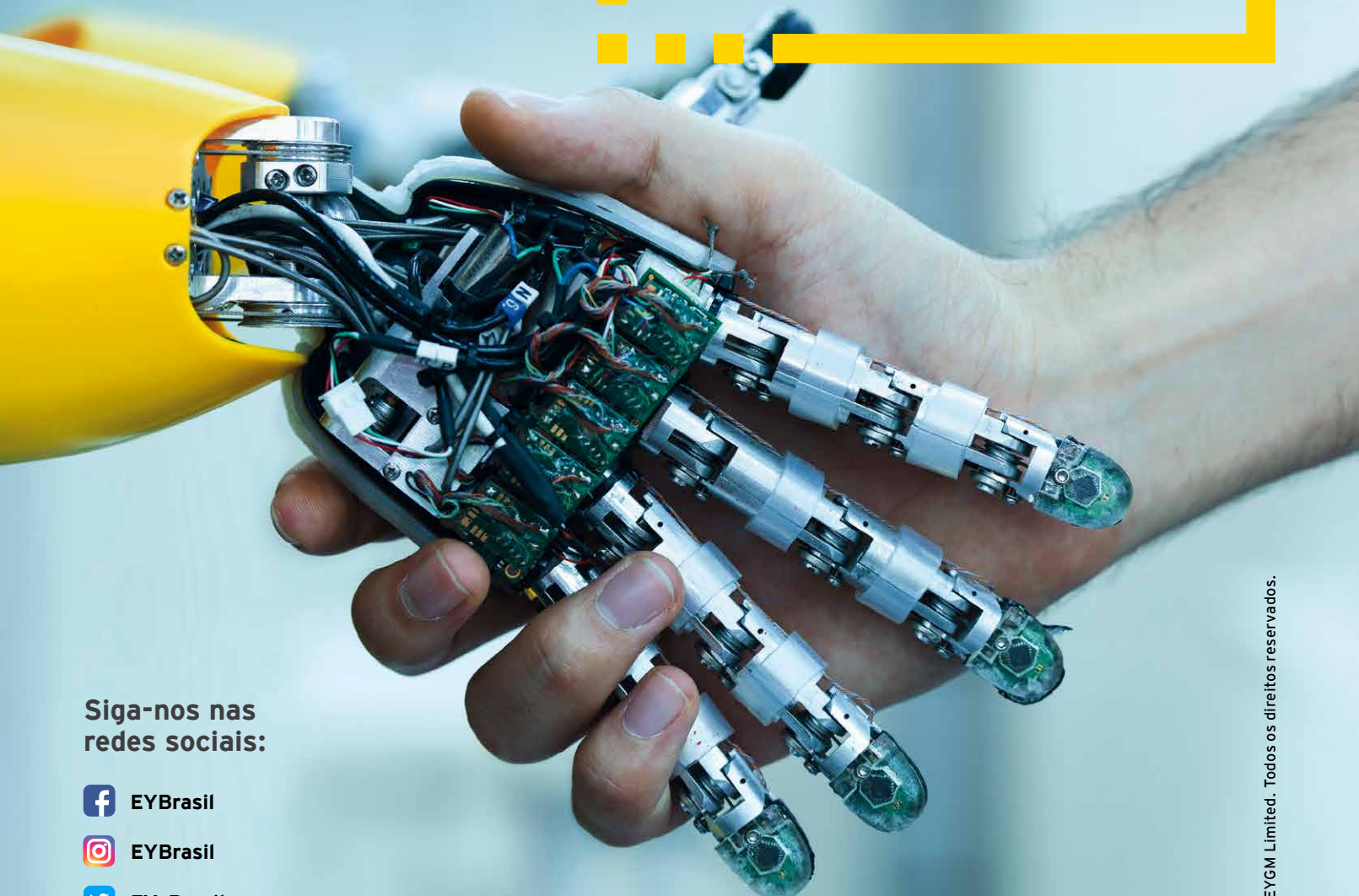
“Mas a ação proposta pelo procurador Rodrigo Janot não foi julgada e não obteve liminar para suspender os efeitos da lei”, adverte Schwartzman. “E, então, por enquanto, vale o que está escrito na lei, em vigor desde 31 de março”, garante o especialista. ✓



Building a better
working world

**A robótica vai
mudar a sua
empresa. Você
sabe como?**


www.ey.com.br/rpa




Siga-nos nas
redes sociais:

 EYBrasil

 EYBrasil

 EY_Brasil

 /company/ernstandyoung

© 2017 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.



7ª CONFERÊNCIA DO IBRACON

Ética e tecnologia em destaque na 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente

A 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, realizada pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, aconteceu em São Paulo, nos dias 26 e 27 de junho.





Idésio Coelho

Ao longo de dois dias, 37 especialistas – entre palestrantes, expositores e debatedores, brasileiros e internacionais – abordaram temas como as tecnologias disruptivas; a aplicação prática do Novo Relatório do Auditor; a norma Noclar; as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) e as atualidades das IFRS. Na abertura do evento, o presidente do Ibracon, Idésio Coelho, afirmou que os profissionais da Contabilidade são peças-chave na construção de um país mais ético. Ele destacou que o anseio por atitudes mais transparentes nunca foi tão forte no país como hoje.

“Entre as prioridades inclui-se, sem dúvida, a preponderância da ética e da lisura no controle dos gastos públicos e dos fluxos de capitais, bem como na interação entre o setor privado e o público. Tal avanço é imprescindível porque não há desenvolvimento e plenitude democrática quando impera a corrupção”, enfatizou o presidente do Ibracon.

“Questões relacionadas à rastreabilidade do fluxo de capitais, o uso das formas eletrônicas de pagamentos e transferências de recursos, incluindo o crescente uso das moedas virtuais merecem a nossa atenção, dos reguladores e legisladores”, disse. “A questão da lavagem de dinheiro, corrupção

e ações que violam a livre concorrência continuam sendo agudas preocupações e nossa profissão tem papel relevante na mitigação desse processo corrosivo”, acrescentou.

“Nossa expectativa é de que o consistente conteúdo da programação da conferência contribua de modo efetivo para que todos vocês enfrentem os desafios que o próprio desenvolvimento da nossa atividade nos impõe. Encará-los e superá-los é fundamental, pois a sociedade espera muito de nós no processo de transformação ética do Brasil”, concluiu o presidente do Ibracon.

Ainda na abertura do evento, o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho, ressaltou que os laços das



José Martonio Alves Coelho

duas entidades - CFC e Ibracon - estão cada vez mais fortalecidos. “Temos nos dedicado a valiosas atividades conjuntas, no sentido de elevar o nível técnico e científico do contador brasileiro, especialmente na área de Auditoria Independente”, declarou.

Como exemplos dessa parceria, ele mencionou as ações relacionadas ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o desenvolvimento do Exame de Qualificação Técnica e a Educação Profissional Continuada.

Inteligência digital: sim, ela é real!

Quem é Watson?

Resposta: Elementar, é a ferramenta de inteligência artificial da IBM.

De acordo com o administrador de empresas e executivo de Watson da IBM Brasil, Guilherme Novaes Procópio de Araújo, que ministrou a palestra “Tendências da Era Digital”, a ferramenta Watson tem o potencial de revolucionar as mais diversas áreas. Na saúde, por exemplo, ela tem auxiliado a pesquisa de tratamentos para o câncer. E vem sendo aplicada também no agronegócio, no *e-commerce* e outros campos.

Durante a 7ª Conferência do Ibracon, Araújo fez demonstrações ao vivo com o Watson, e lembrou que a



Guilherme Araújo

máquina depende da ingerência humana para funcionar adequadamente. “Dados estruturados são compreendidos apenas pelos seres humanos e os conteúdos colocados no Watson devem ser ‘auditáveis’”, acrescentou,

lembrando que, após a ferramenta “aprender”, ela se torna capaz de interagir com as pessoas.

Na apresentação, ficou claro que o Watson – que, em nosso país, assumiu voz feminina e chama-se “Isabela” – pode ser muito útil em auditoria e contabilidade. O palestrante formulou, por exemplo, algumas questões sobre Escrituração Contábil Digital, além de solicitar uma tabela com as alíquotas internas do ICMS de todos os estados brasileiros. As respostas vieram em poucos segundos.

“Estamos vivendo uma era em que o engajamento digital predomina. Cada vez mais, as empresas precisam dispor de inúmeros canais de atendimento para os seus clientes. É fundamental, para qualquer organização moderna, manter-se alinhada às novidades tecnológicas”, finalizou Araújo, salientando ainda que o Watson é customizável e bastante acessível.

Auditoria digital

Nunca houve tantos dados disponíveis no mundo. Mas até que ponto estamos sabendo trabalhar com eles? Matt Waldron, diretor Técnico do International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB), abordou o uso crescente da tecnologia na atividade de auditoria e citou algumas conclusões importantes do Data Analytics Working Group (DAWG) do IAASB, grupo de trabalho de análise de dados que atua desde 2015.

Ele mencionou, durante a Conferência, desafios que precisam ser superados – por exemplo, na relação de investidores com os comitês de auditoria. “Em muitos casos, os dados da entidade são necessários para o auditor e, além de lidar com as naturais preocupações com segurança e privacidade,

“Sempre haverá a necessidade de um auditor experiente para validar dados e conclusões”

Nessa conversa exclusiva com a Revista Transparência, Matt Waldron aprofundou diversos pontos de sua palestra na conferência.

RT – O mundo avança no processo de digitalização. Como essa tendência pode revolucionar os processos de auditoria?

MW – Não acredito que avançaremos rumo à digitalização completa no processo de auditoria. Sempre haverá a necessidade de um auditor experiente para avaliar e validar os dados e as conclusões. O que importa, hoje, é abordar a digitalização sob a perspectiva de como essas novas tecnologias somam-se à qualidade da auditoria encaminhada ao investidor e a outras comunidades de usuários. Trata-se, sobretudo, de elevar a qualidade. Este será o principal benefício de se revolucionar a auditoria.

RT – No Brasil, muitas firmas de auditoria são de pequeno ou médio porte. Como elas devem se preparar para uma nova era, na qual a inteligência digital desempenhará papel determinante?

MW – Claramente, as companhias pequenas e médias estão em desvantagem por não terem os mesmos recursos das grandes firmas para investir no desenvolvimento de novas tecnologias. Contudo, algumas empresas desenvolveram *softwares* de análise de dados que podem ser usados por essas firmas menores – então, eu sugiro que esses pequenos empreendedores prestem atenção a essas soluções. Um dos benefícios é



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Matt Waldron

que as pequenas e médias empresas podem ser vistas empregando novas tecnologias – o que, diga-se, é hoje esperado pelos usuários de auditoria de firmas de qualquer tamanho.

RT – Descreva o que nos espera num futuro imediato e no médio e longo prazos.

MW – É uma boa questão. Penso que as mudanças continuarão a acontecer em ritmo acelerado. Agora, como isso se dará, exatamente, não posso dizer.

RT – O que as entidades internacionais de contabilidade e auditoria podem fazer para acelerar a expansão da auditoria digital?

MW – Quanto mais as entidades internacionais puderem partilhar e aprender com as experiências comuns, mais a auditoria digital será impulsionada. Essas experiências poderão se basear em conclusões de inspeções reguladoras, interações com clientes, discussões com comitês de auditoria (os que forem encarregados da governança) e assim por diante.

ele precisa ter infraestrutura suficiente para armazenar e processar as informações, o que pode ser um grande desafio devido ao tamanho e ao volume dos dados”, afirmou o palestrante.

Ele também ressaltou que existem desafios legais e regulatórios, que incluem desde preocupações quanto à segurança e privacidade dos dados, até a legislação e a regulamentação jurisdicional.

O futuro da auditoria e as novas habilidades

A auditoria digital, tema da palestra ministrada por Matt Waldron, diretor Técnico do IASB, e as tendências da era digital, abordadas na palestra de Guilherme Novaes Procópio de Araújo, executivo de Watson da IBM Brasil, foram objeto de um debate que contou, ainda, com as participações do presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e Assessoramento do Estado de S. Paulo (Sescon-SP)

e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de S. Paulo (Aescon-SP), Márcio Massao Shimomoto; do diretor Técnico do Ibracon, Rogério Garcia, e de André Luiz Caccavo Miguel, chefe adjunto do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (BCB). A mediação foi feita pelo presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti.

Caccavo explicou de que forma os bancos centrais ao redor do mundo e o Banco Central brasileiro em particular vêm procurando consolidar e interpretar o grande volume de dados disponíveis (*Big Data*). “No caso do BCB, o interesse pelo tema não se restringe à área de TI”, ele informou. A busca por uma solução em *Big Data* começou a ser implantada no final de 2015, com a identificação de solução analítica apta a gerir a grande quantidade de dados gerados pelos Sistemas de Informações de Crédito, Pagamentos Brasileiros, Monitorização do Mercado de Capitais, Câmbio e Balanço de Pagamentos, entre outros. “Estamos falando em 19 bilhões de registros de dados, sendo uma parte deles estruturados e outra parte, não”, salientou Caccavo.



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Márcio Shimomoto

O impacto das novas tecnologias nas empresas de contabilidade foi o tema abordado por Márcio Shimomoto. “O Sped foi um marco a partir do qual o Fisco informatizou-se cada vez mais. Isso foi salutar para o mercado porque, antigamente, as pessoas não se importavam muito com a qualidade das informações contábeis”, disse, destacando também que o Fisco dispõe de recursos humanos e tecnológicos habitualmente muito superiores aos das empresas. “Depois, veio a Nota Fiscal Eletrônica e, no próximo ano, o ciclo será fechado com o e-Social. Devemos refletir sobre como o Fisco vem trabalhando. Também noto que essa grande quantidade de dados, estruturados e não-estruturados, nos assustam. Talvez as novas ferramentas façam a diferença, permitindo-nos gerir melhor esse grande volume de informações”, afirmou.

Rogério Garcia, por sua vez, levantou a hipótese de que as auditorias e empresas contábeis tradicionais poderão ser futuramente substituídas por *start-ups*. “Hoje, temos muitos processos manuais; além disso, sempre confiamos demais na amostragem, mas o uso das tecnologias deve mudar isso”, declarou. “Da mesma forma,



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Debate sobre tendências da era digital e auditoria digital

a experiência e a hierarquia 'por tempo de casa' devem perder espaço para outros atributos. De acordo com diversas pesquisas, a capacidade de resolução de problemas, o pensamento crítico e a criatividade figuram como as três habilidades mais desejáveis para o profissional de 2020. Precisamos ter isso em mente", disse. E concluiu: "a tecnologia vai continuar a andar. Não é uma moda passageira".

Inteligência da informação e combate à corrupção

O procurador do Ministério Público Federal (MPF), Roberson Henrique Pozzobon, foi o primeiro participante do painel "Inteligência da Informação na Era Digital", realizado no dia inicial da 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, promovida pelo Ibracon.

"O auditor tem o desafio de decidir o que fazer depois de constatar um indício de fraude", ele afirmou. "A quem ele deve informar? Ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras (COAF)? A alguma agência pública? Ao próprio contratante? E como fazer isso se as investigações da Operação Lava-Jato nos mostraram que grandes companhias mantinham departamentos inteiros dedicados ao pagamento de propinas?", questionou o procurador.

Pozzobon afirmou ainda que qualquer profissional sério deveria demitir o próprio cliente quando as suspeitas de fraude são confirmadas.

O painel teve ainda as participações de Carlos Eduardo Pellegrini, delegado de Polícia Federal (PF), e de Marlon Jabbur, que é sócio de investigação de fraudes em uma firma de auditoria independente.

"A análise do *Big Data* por ferramentas de *Forensic Data Analytics* (FDA) auxilia na detecção de fraudes, subornos e outros indícios de irregularidade, o que fortalece os planos de compliance das empresas", comentou Jabbur.

Pellegrini afirmou que, mais importante do que encarcerar os corruptos, seria recuperar os valores desviados. Ele demonstrou também como um investimento de R\$ 40 milhões, efetuado na investigação de desvios de recursos, permitiu a recuperação de R\$ 40 bilhões. "Isso foi possível graças ao sistema Atlas, que nos permite cruzar uma infinidade de dados e detectar evidências de fraudes", observou.

A mediação do Painel foi feita por Tadeu Cendón, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon.

Compliance das firmas de auditoria

Paulo Carvalho e Paulo Peppe, ambos sócios de firmas de auditoria, participaram do painel sobre "Compliance das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)", durante a 7ª Conferência do Ibracon. A mediação foi de Mônica Foerster, diretora de FAPMP do Ibracon.

Segundo Carvalho, "a qualidade é o que realmente vai garantir que as empresas sobrevivam aos desafios, enfrentem a concorrência das grandes e não sejam prejudicadas pelo avanço das chamadas tecnologias disruptivas". Ele destacou que novas ferramentas tecnológicas estão transformando o mercado e, por isso, "a reputação e a credibilidade das empresas constituem o seu principal patrimônio".

Paulo Carvalho também destacou a importância de o país contar com instituições sólidas: "Em 1967, um grupo de pesquisadores começou a acompanhar o desenvolvimento de dois países que, à época, estavam em patamares muito semelhantes: Gana e Coreia do Sul", ele contou. "Hoje,



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Participantes do Painel Inteligência da Informação na Era Digital



Painel Compliance regulatório para Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)

Foto: Flávio Roberto Guarnieri

vemos as diferenças abissais entre os dois países. O estudo não concluiu, como pode supor o senso comum, que a grande diferença se deve aos investimentos em educação feitos pelos sul-coreanos. A verdade é que a força das instituições da Coreia foi o fator preponderante”, concluiu.

Já Paulo Peppe criticou de maneira contundente as empresas que não seguem boas práticas, adotam a concorrência desleal, aceitam o aviltamento dos honorários e, muitas vezes, até mantêm um segundo nome “de fachada”, não subordinado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

“O termo compliance deriva do verbo *to comply*, que significa agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido. Portanto, estar em *compliance* é o mesmo que estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos”, ressaltou.

Marco Aurelio Cunha de Almeida, vice-presidente de Registro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que participou do Painel como um representante do “lado regulador”, também foi enfático na defesa do conjunto regulatório existente. “Nas firmas de auditoria, as exigências da gestão também são uma realidade”, afirmou, lembrando que “o *compliance* regulatório é uma exigência para todos os tipos de empresas, de diferentes portes e ramos de atuação”.

O mercado de capitais e a importância da transparência

Participante da abertura do segundo dia da Conferência do Ibracon, Leonardo Pereira, que ocupou a Presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) até julho deste ano, afirmou que, ao assumir o cargo, em novembro de 2012, já tinha certeza de que uma das questões prioritárias para o mercado é a contabilidade e a forma como o tema é tratado dentro das empresas.

“A contabilidade é preponderante para a constituição de um ambiente de negócios confiável, em micro e macro



Leonardo Pereira e Idésio Coelho

Foto: Flávio Roberto Guarnieri

escala, e o Brasil obteve um grande avanço com a implantação das IFRS”, afirmou. “Mas a modernização impôs também novos desafios, como a discussão de substância *versus* forma. Não precisamos de relatórios de 300 páginas, mas de informações sólidas e apresentadas com clareza, que as pessoas possam realmente ler e compreender”, comentou.

Segundo Pereira, as novas tecnologias, abordadas durante o primeiro dia da 7ª Conferência do Ibracon, podem exercer impacto positivo sobre a forma como lidamos com as informações. “Não podemos simplesmente nos transformar em depositários de dados que sequer conseguimos interpretar. Temos que manter um diálogo maduro, construtivo. Afinal, não existe mercado de capitais sem transparência”, disse. “Acredito que seja quase impossível falar em transparência sem levar em conta a questão das demonstrações contábeis. A transparência não pode estar por último na lista de prioridades. Aliás, ela é a prioridade”, concluiu.

Ipsas, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público

O que é bom para o setor privado não funciona da mesma forma para o setor público e vice-versa.

Essa foi uma das conclusões apresentadas pelo coordenador de Normas e Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bruno Ramos Mangualde, que participou do painel “Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Ipsas)”, durante a 7ª Conferência do Ibracon.



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Bruno Mangualde

Ele partiu do princípio que o setor público não visa lucro. Mas, salientou: “isso não tem impedido que governos e autarquias públicas apostem em práticas típicas da gestão de empresas para melhorar sua *performance*”.

Mangualde afirmou que existe uma tendência clara, por parte dos governos, de adotar as International Public Sector Accounting Standards (Ipsas), concebidas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb). “A necessidade de maior transparência e de um alinhamento às normas globais de contabilidade é um caminho sem volta”, salientou. Hoje, o cidadão brasileiro pode ter acesso a informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira. “É um direito assegurado por lei. O projeto Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), da Secretaria do Tesouro Nacional, busca estruturar um sistema que reúna, em um mesmo ambiente, as informações contábeis e fiscais de todos os entes federados”, disse.

O mediador do painel, Francisco Sant’Anna, diretor de Comunicação do Ibracon, ressaltou que a adesão às

Ipsas é positiva para a interação entre os países. Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente Técnico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observou que, a cada dois anos, quando são prestadas contas à International Federation of Accountants (Ifac), pode-se perceber que o país está bem posicionado no que se refere à convergência das normas de auditoria e no processo de adoção das Ipsas. “Por outro lado, a parte educacional, que se refere ao preparo do profissional da área, ainda necessita de melhorias. O problema é que, no Brasil, essas questões estão subordinadas a órgãos públicos de educação, que não compreendem as necessidades do setor”, declarou Breda.

Já a diretora de Contabilidade da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, Graziela Meincheim, falou no painel sobre sua experiência com a implantação das Ipsas no Brasil. Confira a seguir, seu relato completo.



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Painel Contabilidade Aplicada ao Setor Públicos (Ipsas)

Ipsas em Santa Catarina: relato de um case

Graziela Meincheim, diretora de Contabilidade da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina

O Estado de Santa Catarina vem trabalhando arduamente para acompanhar todo o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Para chegar ao estágio atual, o trabalho vem sendo desenvolvido com base no fortalecimento institucional, por meio de uma equipe qualificada de contadores; na gestão de sistemas; e na adoção de procedimentos de convergência às Ipsas.

Um dos pontos imprescindíveis nesse processo foi o desenvolvimento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), um mecanismo moderno, capaz de permitir a consolidação das contas em tempo real, além de manter controles das despesas, de contratos, dívida pública, transferências a entidades, entre outros.

Em 2010, observando-se as regulamentações para a adoção das novas regras, foi instituído o GT-CON, um grupo de trabalho que se dedicou em tempo integral a verificar e fazer as adaptações para o novo plano de contas, a nova tabela de eventos e as rotinas do sistema, de modo a gerar o menor impacto possível aos usuários. Dois anos depois, a partir de um trabalho conjunto com a área tributária, foram reconhecidos os créditos tributários a

receber, com base em relatórios mensais de suporte documental.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços foram concentrados na implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria no 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) para todos os entes da Federação. O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.



Graziela Meincheim

Os procedimentos para avaliação do patrimônio constituem um dos maiores desafios da nova contabilidade do setor público, já que é preciso reconhecer desde as edificações até os bens de infraestrutura, como pontes e viadutos. Dessa forma, em 2010, foram editadas as primeiras normas em Santa Catarina, determinando a mensuração dos bens móveis,

imóveis e intangíveis, bem como os registros de depreciações, amortizações e exaustões ocorridas. Na primeira avaliação, o estado tomou por base o valor venal dos imóveis utilizado para o cálculo do IPTU. A partir de 2012, as avaliações passaram a ter como base os valores de mercado. Hoje, 100% dos bens imóveis pertencentes à administração direta têm custo atribuído e 54% dos bens reconhecidos do estado estão registrados pelos seus valores de mercado.

O impacto dessas mudanças foi extremamente significativo. Entre 2009 e 2016, a variação dos imóveis registrados saltou 1.274%. O patrimônio, que estava avaliado em R\$ 1,419 bilhão em 2009, agora está em R\$ 19,496 bilhões. Ressalta-se que esse acréscimo não foi fruto somente da aquisição de novos imóveis, mas, sim, do reconhecimento dos bens pelo seu valor real. Ter essa informação disposta com clareza faz diferença na hora de contrair empréstimos e apresentar garantias efetivas para a liquidação das obrigações. Outro benefício importante trazido pelas novas regras contábeis é a comparabilidade das informações com outros estados, municípios e países. Agora, com uma única base conceitual, será possível comparar situações e reduzir divergências de conceitos. Com a melhoria da qualidade das informações, a gestão pública tem muito mais informações contextualizadas para tomar suas decisões.

Com a nova contabilidade aplicada ao setor público, será possível ter mais transparência e isso vai permitir que os cidadãos acompanhem efetivamente onde os recursos públicos foram aplicados.

Foto: Flávio Roberto Guarnieri



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Atualidades das IFRS

“A IFRS 17 já vem sendo trabalhada pelo International Accounting Standards Board (IASB) e será voltada para o registro contábil dos contratos de seguros”, informou Amaro Gomes, palestrante do painel “Atualidades das IFRS”, durante a 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente.

Ele comentou a evolução das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), destacando que, de 2014 a 2015, foi a vez de implantar as IFRS 9 – que simplificou o registro de instrumentos financeiros – e 15, que trata das receitas de contratos com clientes.

Em 2016, a IFRS 16 ocupou a agenda, determinando que as companhias incluam seus arrendamentos no balanço patrimonial, o que significa reconhecer novos ativos e passivos.

“A IFRS 17 será a primeira ‘mexida’ efetiva nas demonstrações das companhias de seguros”, disse Gomes. “Esse projeto demorou 19 anos para ser concluído pelo IASB”, acrescentou, salientando que a entidade pretende



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Participantes do Painel Atualidades das IFRS

desenvolver, cada vez mais, uma taxonomia IFRS.

Membro do Grupo de Trabalho (GT) das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon, Ricardo Rodil disse que as FAPMP ainda estão se debruçando sobre as IFRS 15 e 16: “Neste âmbito, ainda não estamos preparados para uma IFRS 17”, ponderou.

Já o Coordenador Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Edison Arisa, ressaltou que a norma “muda a contabilidade do setor de seguros”, e José Carlos Bezerra,

superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), destacou que o órgão regulador “jamais se atém, especificamente, a uma empresa ou operação”.

O moderador do debate foi o diretor de Administração e Finanças do Ibracon, Francisco de Paula dos Reis Júnior, para quem “as empresas ajudariam os analistas e os investidores se já divulgassem os resultados, mesmo que parciais, da aplicação das normas estabelecidas pelas IFRS já vigentes”.

Noclar - Resposta ao descumprimento de leis e regulamentos

Os principais avanços da norma Noclar (Responding to Non-compliance with Laws and Regulations) foram abordados pelo sul-coreano Ken Siong, diretor Técnico do Internation Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), no painel “Noclar – Resposta ao descumprimento de leis e regulamentos”. Joaquim Cunha Neto, coordenador-geral de Supervisão do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Sérgio Varella Bruno, sócio de Lobo & de Rizzo Advogados, Luiz Fernando Nóbrega, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Idésio Coelho, presidente do Ibracon, também participaram do debate.

Ao final do evento, Ken Siong concedeu entrevista à Revista Transparência:

RT – O que é a Noclar e como é possível aferir a aceitação das regras que ela estipula?

KS – Numa definição simples, Noclar é qualquer ato de não-adesão às leis e regulamentos cometido por um cliente ou organização empregadora, ou pelos encarregados da governança ou gerenciamento, ou por outros indivíduos trabalhando para, ou ainda sob a direção, do cliente ou da organização empregadora. O Iesba orienta o auditor ou contador para o fato de que o Noclar diz respeito ao interesse público e que, portanto, o profissional deve adotar a ação apropriada.



Ken Siong

A norma estabelece uma estrutura holística e abrangente para guiar o auditor ou contador no processo de alcançar a decisão correta ao responder a casos de Noclar, de acordo com sua responsabilidade de agir no interesse público. A estrutura remete não somente à responsabilidade dos auditores mas também dos contadores. Entre eles, contadores do setor público; eles são de fato a primeira linha de defesa contra Noclar. Em segundo lugar, a norma cobre um amplo leque de Noclar, desde fraude, pagamento de propina e corrupção e lavagem de dinheiro, até a violação das leis e regulamentos de proteção ao meio ambiente, aos consumidores de serviços ou produtos financeiros, ou à saúde e à segurança públicas. Em terceiro lugar, ela confere uma ênfase apropriada e necessária às responsabilidades do gerenciamento e daqueles encarregados da governança da organização, no tocante ao Noclar. Em quarto lugar, ela traça cursos de ação e identifica pontos de decisão para guiar o auditor ou contador pelo que, com

frequência, podem ser situações difíceis ou estressantes.

A norma ganhou aceitação mundial entre reguladores, investidores, a comunidade de governança corporativa, os emissores de normas nacionais, empresas contábeis, organizações profissionais da Contabilidade e auditoria e outros ao longo dos mais de seis anos necessários para desenvolvê-la. Tornou-se efetiva em 15 de julho deste ano. Muitas jurisdições já a adotaram ou estão, como o Brasil, empreendendo ativamente consultas em âmbito nacional, que devem conduzir a uma futura adoção.

RT – Isso “prejudica” os profissionais ou, ao contrário, os beneficia, na medida em que tende a afastar do jogo aqueles que não estão dispostos a seguir as regras?

KS – O Iesba acredita firmemente que a norma servirá para reforçar a confiança do público na profissão e enfatizar sua reputação. A norma adota uma abordagem cuidadosamente calibrada e equilibrada sobre como os auditores devem responder ao Noclar. Começa-se com a determinação de quais são as obrigações regulatórias ou legais quando eles tomam conhecimento de Noclar; segue-se um processo de diálogo com a alta Administração e os encarregados da governança para confirmar os fatos e orientá-los na adoção de ações apropriadas. E, finalmente, avalia-se se há algo mais a ser feito em prol do interesse público. Na maioria dos casos, a alta Administração e os encarregados da governança farão a coisa certa, dispensando ações adicionais por parte do auditor. Contudo, em uma minoria de casos, o auditor pode ter de considerar ações adicionais. O curso dessas ações – que agem como “válvulas de

Foto: Flávio Roberto Guameri

liberação de pressão” – pode incluir, se houver evidência digna de crédito de dano substancial ao público, levar o caso de Noclar ao conhecimento de uma autoridade ou abrir mão do relacionamento com o cliente.

RT – Como as normas evoluíram, até chegarem à forma atual?

KS – A norma surgiu devido a preocupações regulatórias, na virada do século XXI, quando grandes escândalos contábeis envolvendo grupos como Enron, Worldcom e Parmalat explodiram no cenário global. Isso disseminou a ideia de que o dever de confidencialidade estava agindo como uma barreira que impedia os auditores de fazerem a coisa certa e relatarem casos de Noclar às autoridades. Havia também a preocupação com a extrema facilidade de os auditores simplesmente abrirem mão do relacionamento com o cliente, permitindo com isso a continuidade do Noclar, sem restrições. Como resultado, o lesba embarcou numa longa jornada para abordar os muitos e complexos aspectos e dimensões da promulgação de um padrão global sobre Noclar. Uma das questões críticas foi determinar sob quais circunstâncias os auditores e contadores deveriam revelar Noclar às autoridades, pois a confidencialidade também faz parte do interesse público.

RT – A não obediência às normas estipuladas pode acarretar penalidades? Quais?

KS – As disposições são impostas primordialmente pelas organizações profissionais da contabilidade, filiadas à International Federation of Accountants (Ifac) e que adotaram o código. As auditorias de demonstrações contábeis são impostas por entidades nacionais de fiscalização de auditorias. A desobediência a uma disposição



Participantes do Painel Noclar

do código pode acarretar sanções variando desde multas e repreensão pública até a revogação da licença do auditor para exercer a profissão.

RT – Como é punida, em diferentes partes do mundo, a má conduta ética dos profissionais da Contabilidade e, em especial, dos auditores independentes?

KS – Depende da natureza e da gravidade da má conduta. Por exemplo, o Caso MG Rover, no Reino Unido, resultou em multa de três milhões de libras por má conduta ética, que incluiu a não identificação e encaminhamento de conflitos de interesse referentes a serviços fornecidos a um cliente. A quebra da exigência de independência do auditor é uma questão séria e pode resultar em penalidades consideráveis. Por exemplo, nos EUA, a Securities and Exchange Commission (US SEC, equivalente à CVM brasileira) impôs uma multa de mais de US\$ 8 milhões a uma grande firma que, em 2014, violou as regras de independência ao fornecer serviços proibidos a certos clientes de auditoria, e ao permitir que o pessoal da auditoria adquirisse ações de empresas clientes. A mensagem importante é: as regras de conduta ética existem para proteger o público e preservar a confiança na profissão.

RT – O Brasil é um país no qual a profissão de contador é regulamentada há muito tempo. Há uma preocupação genuína em seguir as melhores práticas internacionais. De que modo isso nos beneficia, em termos globais, e qual seria o impacto de nossa adesão à Noclar?

KS – Vivemos em um mundo cada vez mais interconectado por meio digital. Os fluxos de capital são sensíveis a evidências e percepções sobre a força, grau de confiança e transparência das instituições e estruturas do mercado de um país. A profissão contábil tem um papel crítico nesse cenário e uma contribuição chave para o desenvolvimento econômico. Um recente relatório de pesquisa do Centre for Economics and Business Research, encomendado pela Ifac, estima que, globalmente, a profissão do contador contribui com US\$ 575 bilhões por ano para a economia mundial. A pesquisa revela também uma correlação entre a participação dos contadores no mercado e melhorias no PIB per capita, além de melhores resultados no desenvolvimento humano. Então, claramente, o fortalecimento da profissão contábil está entre os interesses nacionais. Mas isso só ocorrerá se houver a aceitação e implementação de padrões internacionais. Destacando-se entre estes, como a base da confiança do público na profissão, estão

Foto: Flávio Roberto Guarnieri

as normas éticas promulgadas pelo lesba, incluindo o Noclar. No Brasil, agora mais do que em qualquer outra época, devido aos grandes escândalos recentes de corrupção, é vital que uma norma como a Noclar seja implementada.

RT – Quais foram os desafios mais perceptíveis à aceitação das normas, no Brasil e em outros países?

KS – Em termos práticos, a tradução das normas foi um desafio importante nas jurisdições em que o inglês não era o idioma nativo. O lesba está enfrentando o desafio por meio de seu projeto de reestruturação do código. Espera-se que esse projeto seja completado no final de 2017, depois de quase cinco anos de extensas pesquisas e consultas com os interessados em escala global. O código reestruturado, que o lesba espera lançar no final de 2018, será mais claro e mais fácil de compreender e traduzir. Esperamos que isso leve a uma adoção ainda maior do código, que já é usado por mais de 120 jurisdições. No contexto da Noclar, o código opera mais efetivamente quando a arquitetura legal fornece as estruturas de apoio apropriadas, particularmente a proteção legal para permitir que auditores e contadores informem casos de Noclar, no interesse do público. Diversas jurisdições importantes, como os EUA, o Reino Unido e a Austrália já adotaram ou estão finalizando leis e normas que fornecerão essa proteção. Sei que a profissão no Brasil está atuando junto com a comunidade reguladora com vistas à implementação de tais medidas e espero que haja um resultado positivo para os interesses do país.



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Rogério Garcia, Patrícia Agostineto, Thiago Matos, Madson Vasconcelos e Nelson Carvalho

Novo Relatório do Auditor

Patrícia Agostineto, coordenadora do Comitê de Normas e Auditoria (CNA) do Ibracon, apresentou os resultados do estudo conduzido pelo Instituto sobre o Novo Relatório do Auditor (veja quadro) durante painel específico sobre o tema. Ela afirmou que o Brasil está alinhado ao que existe de mais avançado

no mundo na área e que nosso mercado recebeu o relatório de maneira positiva. Entre as vantagens do novo instrumento, ela apontou a maior riqueza de informações e a possibilidade de o auditor aprofundar aspectos que, a ele, pareçam mais relevantes.

“O grande desafio deste primeiro ano de adoção foi a redação”, apontou Thiago Matos, analista de Normas de Auditoria da CVM. Para ele, o documento requer ajustes que o tornem ainda mais transparente e explicitem os



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Patrícia Agostineto

dados relevantes para o investidor. Seu ponto de vista é apoiado por Madson Vasconcelos, gerente de Normas de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Já Nelson Carvalho, professor da FEA/USP e participante do painel, em entrevista concedida à Revista Transparência, lembrou que o processo de produção do relatório é dinâmico – e, justamente por isso, mudanças ainda poderão ocorrer. Ele destacou que, no Brasil, o Novo Relatório é uma exigência para as companhias listadas em bolsa.



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Nelson Carvalho

“Também temos a esperança de que os setores submetidos a agências reguladoras, tais como ANP, Anatel, Aneel etc., passem a ser obrigados a adotar o Novo Relatório”, ele diz. “Mas a mudança mais relevante foi a adoção dos ‘principais assuntos de auditoria’, ou, para usar o termo em inglês, os *key audit matters* da norma. É uma mudança substancial de essência e de forma”, ele diz.

“Como toda grande mudança, é razoável esperar que haja uma ‘curva de aprendizado’, e ela realmente existiu nesse primeiro ano”, ele afirmou. “Foi um aprendizado para auditores, analistas de valores mobiliários, empresas preparadoras de demonstrações contábeis, acadêmicos etc.”, concluiu.

O painel foi moderado pelo diretor Técnico do Ibracon, Rogério Garcia.

Estudo do Ibracon analisa os PAAs contemplados no Novo Relatório do Auditor

Iniciativa da International Federation of Accountants (IFAC), o Novo Relatório do Auditor passou a ser emitido no Brasil sobre as demonstrações contábeis com exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O estudo realizado pelo Ibracon contemplou as companhias que arquivaram os relatórios no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no período de 1º de Janeiro a 31 de Março de 2017. No total, foram analisados os conteúdos dos Relatórios do Auditor de 546 companhias abertas, incluindo as 100 maiores empresas listadas em bolsa. A classificação foi feita a partir da estrutura de negócio de cada empresa.

A pesquisa identificou e analisou 23 tipos de Principais Assuntos de Auditoria (PAA). Nos casos em que em um único PAA foi mencionado mais de um assunto, houve desmembramento para “classificação por tipo”.

Ao final, constatou-se que os três PAA mais referidos no Relatório foram: Valor recuperável de ativos não-financeiros (32%); Receita (29%) e Contingências (26%).

O Valor recuperável de ativos não-financeiros foi destaque nos segmentos de Varejo, Transporte e Logística.

Por sua vez, os casos do “PAA Receita”, na maioria das vezes, abordaram preocupações em relação às especificidades dos contratos e/ou de segmentos, em especial os de Construção e Engenharia, e de Rodovias e Aeroportos.

O estudo completo pode ser conferido no Portal Ibracon: www.ibracon.com.br

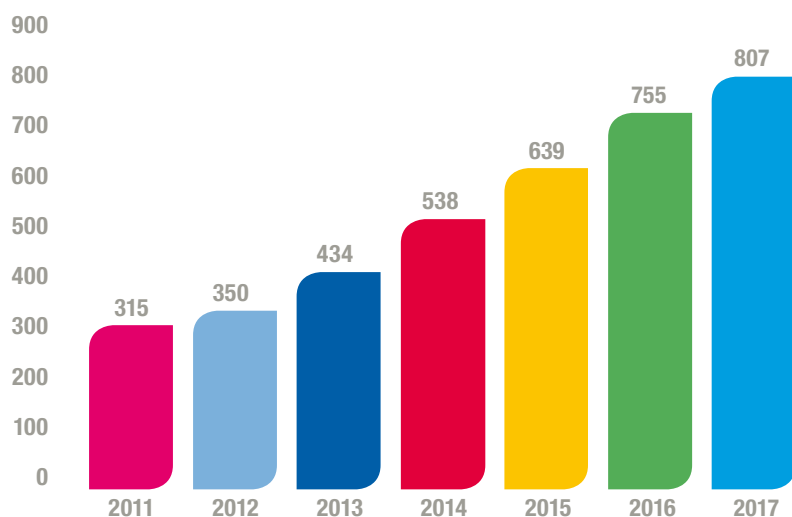
Por dentro da Conferência



Participação de auditores independentes de **133** firmas de auditoria

Dentre os participante, cerca de **80%** é associado ao Ibracon PF ou PJ

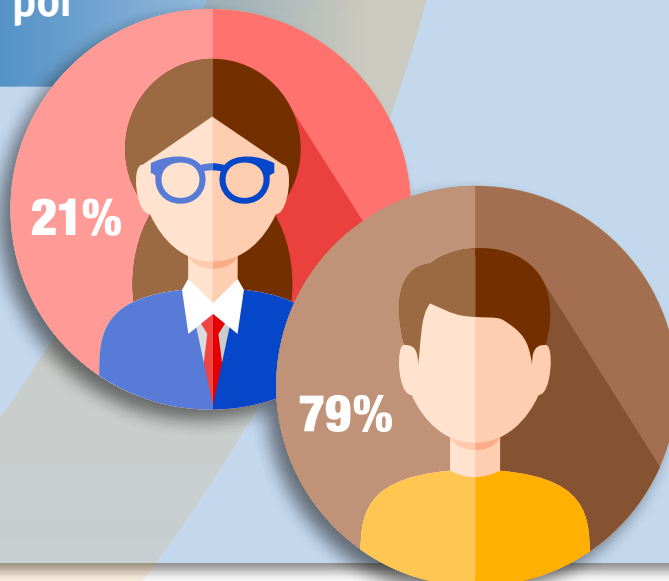
Evolução na participação em 2017



92% dos participantes considerou que suas expectativas sobre o evento foram “Plenamente atendidas” ou “Superadas”

Participaram profissionais de **18** estados brasileiros. O maior número de participações veio dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Participantes por gênero:



Prêmio Transparência



Foto: Flávio Roberto Guarnieri

Auani Cusma de Paula, Eduardo Pocetti, Fernando Andrade Pereira, José Martonio, Dielson Mignoni e Idésio Coelho

Os vencedores da sexta edição Prêmio Transparência de Jornalismo e do Prêmio Transparência Universitário receberam seus respectivos certificados durante a cerimônia de abertura da 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon.

Na categoria Jornalismo, o vencedor foi Auani Cusma de Paula, pela reportagem “Sob pressão”, publicada na edição nº 15 da Revista LEC - Legal Ethics Compliance.

O universitário premiado foi Dielson Mignoni, da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Seu trabalho, “Relatório do Auditor Independente:

uma análise do conteúdo da opinião de auditoria de companhias abertas do Brasil”, realizado com a orientação do Prof. Fernando Andrade Pereira, traçou uma análise inédita dos fatores mais relevantes para a auditoria independente das demonstrações contábeis. Os vencedores ganharam uma viagem técnico-cultural de cinco dias a Londres, realizada no final de setembro. E a Universidade de Caxias do Sul também foi premiada com cinco licenças do E-book: Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) – Ed. 2016, como forma de incentivo ao aprimoramento do ensino. ✓



A tecnologia, essa grande aliada

Armazenamento em nuvem, terceira plataforma, *Data Analytics* o que existe de mais revolucionário no mundo corporativo. E as maneiras como as empresas de contabilidade e as firmas de auditoria podem se beneficiar com as inovações



Foto: arquivo pessoal

Paulo Guiné

Um dos temas que mais mobilizaram a atenção do público durante a 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon (ver reportagem a partir da página 14) foi o avanço das novas tecnologias e seus impactos sobre as mais diversas áreas de atuação, incluindo a contabilidade e a auditoria independente. O evento contou com diversos debates sobre o assunto, incluindo a demonstração da ferramenta Watson, da IBM – um dos produtos mais inovadores do mercado no campo da inteligência artificial.

“O período atual de transformação dos negócios vem sendo impulsionado pela revolução digital, e não apenas pelo simples uso da internet”, explica Paulo Guiné, diretor de Desenvolvimento de Negócios da Oracle para a América Latina. “Os aplicativos *mobile* de que dispomos hoje em nossos *tablets* e aparelhos celulares, são desenvolvidos naquilo que chamamos de terceira plataforma. Ou seja, eles se baseiam no armazenamento de dados em nuvem. Isso barateia e simplifica o processo. Cada vez mais, os apps *mobile* serão corporativos. E por que o profissional da Contabilidade não embarcaria nessa onda?” – ele questiona.

Guiné ressalta que a Contabilidade e a Auditoria Independente são prestações de

serviços – e, quanto mais ágil e eficiente forem as empresas do setor, mais satisfeito o cliente ficará. “As soluções tecnológicas mais avançadas permitem o envolvimento de todas as pessoas e processos sob um mesmo *work-flow* (fluxo) de colaboração. Isso lembrando que, de qualquer lugar pode-se acessar dados, compartilhar informações, elucidar dúvidas”, explica. Como exemplo, o executivo cita a *Financial Close and Consolidation in Cloud-Services* (FCCCS), ferramenta de orquestração de processos desenvolvida pela Oracle com o objetivo de reduzir as margens de erro em uma ampla gama de operações.

Para Silvio Menezes, diretor da área de *Compliance* da TOTVS – empresa voltada ao desenvolvimento de novas tecnologias para o mundo corporativo –, a grande revolução que vem tomando conta do mercado é o uso de análise de dados, ou *Data Analytics*. Trata-se do cruzamento de dados oriundos de diversas plataformas, sem a interferência humana e com maior grau de assertividade. “A análise de dados nos permite entender o comportamento de certos eventos, facilitando a tomada de ações em tempo real para evitar que voltem a ocorrer. Damos a isso o nome de análise preditiva”, ele explica. “A redução de riscos e o resultado de testes sobre milhares de transações (sem a necessidade de extração de uma amostra) geram credibilidade, maior visão estratégica e melhor dimensionamento das atividades de controles”, pontua Menezes.

O diretor da Totvs enfatiza a importância de as empresas contarem com um cadastro único de dados de seus clientes. “A utilização das ferramentas *Master Data Management* (MDM) é essencial para gestão dos ‘dados mestre’ dos clientes, evitando duplicidades”, argumenta Menezes. De acordo com ele, a intensificação da chamada *Internet of*



Silvio Menezes

Foto: arquivo pessoal

Things (IOT ou “Internet das coisas”) permite que vários dispositivos passem a ser geradores automáticos de dados, seja por leitores ópticos, leitores de códigos de barras ou *QR Codes*, eliminando a necessidade de digitação. “O uso de uma ferramenta correta de MDM, atrelada à massificação do uso de IOTs, eleva a outro patamar o ambiente de gestão contábil das empresas”, garante o executivo.

“A TECNOLOGIA NÃO É UM FIM EM SI”

Segundo Paulo Guiné, não se pode perder de vista que a tecnologia é, em essência, uma ferramenta auxiliar, jamais o tópico principal. “Ela serve para ampliar e aprimorar as oportunidades de negócios”, ele enfatiza. E ilustra com um exemplo: “pensemos em uma firma de auditoria de médio porte, onde um dos sócios seja especialista em empresas de panificação. Ele já sabe tudo o que precisa ser inspecionado, avaliado, mas talvez não acompanhe a evolução de seus concorrentes no ritmo ideal. Ora, esse escritório poderia adquirir uma hipotética ferramenta ‘Contabil-Bread’, por R\$ 5 mil, que lhe permitiria manter-se atualizado, acompanhar as melhores práticas do mercado, reduzir os erros fiscais, ganhar agilidade e eficiência”, conta.

O diretor da Oracle explica que, no campo da auditoria, já é possível encontrar soluções tecnológicas que possibilitem o gerenciamento de tudo o que é necessário para auditar o conjunto de processos e documentos de uma operação. “Esse processo define regras, pessoas, documentos e prazos, independentemente de estarem dentro ou fora da empresa. O auditor pode ser externo ou interno. Esse aplicativo, colocado em uma estrutura em nuvem, é cobrado mensalmente. Tudo isso é serviço. Essa é a nossa solução em Gestão de Risco e *Compliance*”, adiciona Guiné.

“O uso de dados de clientes conjugados com bases públicas e informações de mercado usadas em plataformas otimizadas de produtos, contemplando as regras contábeis, sejam simples ou complexas, devem trazer um cenário mais robusto, especialmente quando

se fala em perda estimada, ou IFRS 9”, observa Silvio Menezes. “Além disso, o uso e a análise maciça de dados é um caminho sem volta. A utilização adequada de *Data Analytics* para a gestão do ambiente de controles, e sem limitação geográfica, será cada vez mais ampla, possibilitando uma mudança radical no patamar de gestão nas empresas”, assegura. “Por outro lado, as novas tecnologias e o ambiente de inovação proporcionam grandes reflexões quando se fala em propriedade de dados, integridade de informações e privacidade, o que também passa a ser uma preocupação. Daí a importância de um processo robusto de governança de dados, visando a prevenção e detecção de fraudes”, alerta.

PADRÕES DE SEGURANÇA

Os dois especialistas salientam que o uso de nuvens possibilita criar um ambiente inteligente de armazenamento de informações, desde que sejam observados todos os protocolos de sigilo e confidencialidade, assim como as regras internacionais de gestão e armazenamento. “A inteligência que possibilita que o ambiente seja otimizado de acordo com a quantidade de informações que ele armazena também é, por si só, uma excelente ferramenta de sustentabilidade e gestão do ambiente de guarda, uma vez que, se bem administrada, possibilita redução de risco de perda de evidências guardadas em documentos ou sem *backup* físico de dados”, avalia Menezes.

“Uma empresa como a Oracle é obrigada a adotar os mais restritivos padrões de segurança. Nosso modelo é mais restritivo que o de um banco, por exemplo”, comenta Guiné.

Ele ressalta que as empresas, independentemente de suas áreas de atuação, precisam reorganizar seu organograma, redimensionar os recursos humanos e repensar estratégias. “As ferramentas tecnológicas estão aí para suprir lacunas do dia a dia, fazer o tempo render, otimizar recursos e informações. Elas são aliadas de empresas de quaisquer portes. Basta ir em busca das ferramentas certas para as suas expectativas e necessidades”, ele conclui. ✓

Lançamento da edição 2017 do E-book Normas IFRS (Tradução Oficial)



A versão em português da obra Normas IFRS – Edição 2017 é comercializada apenas no formato eletrônico (E-book), mais rápido e prático, e que apresenta diversas vantagens:

Vantagens do E-book:

- ✓ Acessível em computadores e dispositivos móveis;
- ✓ Permite a busca por palavras-chave;
- ✓ Possibilita a realização de anotações;
- ✓ Integrado ao IDR – Ibracon Digital Reader, que viabiliza a leitura de outras publicações adquiridas na Loja Virtual do Ibracon e demais conteúdos.

A obra é composta por duas partes (Parte A e Parte B), traduzida para o português com autorização da IFRS Foundation com pronunciamentos oficiais emitidos em 1º de janeiro de 2017.

O E-Book Normas IFRS 2017 pode ser adquirido em: www.lojaibracon.com.br, com preços diferenciados para os associados ao Instituto.

Principais novidades da edição

- Esclarecimentos à IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes
- Aplicando a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 – Contratos de Seguro
- Alterações à IFRS 2, IAS 7, IAS 12 e IAS 40



✓ **Venda exclusiva: www.lojaibracon.com.br**
 Acesse e conheça os valores especiais para associados ao Ibracon.
 O Ibracon é o único órgão autorizado pela IFRS, no Brasil, a editar e traduzir a publicação.

IBRACON
 INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Ibracon e IBGC discutem comitês de auditoria

O Ibracon e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) reuniram-se em São Paulo para dar continuidade à elaboração do Manual sobre Comitês de Auditoria e analisar as contribuições feitas, decorrentes da audiência pública sobre Comitês de Auditoria.

As reuniões deram sequência ao processo de revisão do material da publicação lançada pelo IBGC, com o apoio do Ibracon.

Ibracon e Anbima se reúnem em São Paulo

O Ibracon e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) se reuniram em julho visando a um maior estreitamento do relacionamento institucional entre as duas entidades.

Pelo Ibracon participaram Rogério Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional; Adriana Caetano, gerente Técnica; Rogerio Mota, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT); Marcelo Teixeira, membro do GT Fundos de Investimentos; e Marco Aurélio Fuchida, superintendente geral do Instituto.

CVM recebe o Ibracon



Foto: arquivo CVM

O Ibracon se reuniu, em julho, com Leonardo Pereira, então presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para tratar de temas que envolvem a atividade de auditoria independente e o mercado regulado pela autarquia.

No encontro, na sede da autarquia, no Rio de Janeiro, o Ibracon apresentou a Leonardo Pereira o resultado de uma pesquisa sobre a adoção do Comitê de Auditoria Estatutário nas Companhias Abertas.

O Ibracon participou com Idésio Coelho, presidente do Instituto, Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação; e Marco Aurélio Fuchida, superintendente geral do Instituto. Leonardo Pereira, cujo mandato se encerrou em 14 de julho, foi homenageado pelo Ibracon durante a 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente promovida pelo Instituto.

Novo diretor da CVM

O Ibracon participou da cerimônia de apresentação ao mercado do novo diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Gustavo Gonzalez, que cumprirá mandato até 31/12/2021.

A cerimônia, na sede da CVM, no Rio de Janeiro, foi prestigiada por Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon; Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico; Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação; e Marco Aurélio Fuchida, superintendente geral do Instituto.

Na ocasião também foi realizada uma reunião com o presidente interino da CVM, Pablo Renteria, para apresentar o resultado da pesquisa sobre a adoção dos Comitês de Auditoria nas Companhias Abertas.

98 anos do Sindcont-SP



Foto: arquivo CRCSP

O Ibracon esteve presente à solenidade de comemoração dos 98 anos do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP), em 19 de julho. O Instituto foi representado por Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional.

Sescon Solidário



Foto: arquivo SESCON-SP

O programa Sescon Solidário, do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP), promoveu em julho a 80ª formatura da Ação "Desenhando o Futuro". O Ibracon foi representado pelo diretor de Comunicação, Francisco Maldonado Sant'Anna.

Transparência e Controle Social

Representado pelo diretor de Administração de Finanças da Diretoria Nacional, Francisco de Paula dos Reis Júnior, o Ibracon participou do Seminário Transparência e Controle Social.

Organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com o Ministério da Transparência, Fiscalização e a Controladoria-Geral da União (CGU), o evento aconteceu em julho na sede do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP).

Agenda legislativa do sistema contábil

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) apresentou à Câmara dos Deputados proposições para a agenda legislativa do sistema contábil brasileiro. No evento, o Ibracon foi representado pelo superintendente geral Marco Aurélio Fuchida.

Entre os projetos relacionados à esfera contábil está o PL 3262/2008, que trata da criação do Conselho de Gestão Fiscal; e o PL 2834/2015, que autoriza pessoas físicas a realizar doações aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso na declaração de IR.

13º Encontro Nordestino de Contabilidade

Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, participou da abertura oficial do 13º Encontro Nordestino de Contabilidade (Enecon), promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRC-RN), com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), entre os dias 2 e 4 de agosto, em Natal (RN).

Ibracon prestigia 7º Gescon

Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação do Ibracon, e Marco Aurélio Fuchida, superintendente geral do Instituto, participaram do 7º Seminário de Gestão de Empresas de Serviços Contábeis (Gescon), do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP).

Melhores e Maiores 2017

O Ibracon participou do prêmio Melhores e Maiores 2017, da Revista Exame, que agracia as empresas de 20 setores da economia que se destacaram no ano de 2016.

O evento, realizado em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), foi em São Paulo e teve as presenças de Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação, e Adelino Dias Pinho, diretor de Regionais do Ibracon.

XI Convenção de Contabilidade de Minas Gerais

O presidente do Ibracon, Idésio Coelho, palestrou sobre "O Novo Relatório do Auditor e seus impactos" na XI Convenção de Contabilidade de Minas Gerais, organizada pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG).

Palestra no RS

Idésio Coelho, presidente do Ibracon, realizou palestra sobre Auditoria aos profissionais da Contabilidade e estudantes de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS), em Porto Alegre.

A palestra fez parte da programação do Museu Itinerante da Contabilidade. Idésio Coelho abordou as frentes de atuação do Ibracon e as iniciativas do Instituto para o fortalecimento da profissão.

Também tratou do papel do profissional de Auditoria Independente, do alcance do seu trabalho e da evolução da atividade no Brasil.

Observatório Social do Brasil

O Ibracon e o Observatório Social do Brasil (OSB) se reuniram dias 14 e 15 de agosto, em São Paulo, na sede do Instituto. Representando o Ibracon, participaram o diretor de Comunicação, Francisco Sant'Anna, e o diretor Técnico, Rogério Garcia. O OSB Nacional foi representado pela diretora executiva Roni Enara Rodrigues.

A rodada de reuniões tratou das ações e do apoio do Ibracon aos projetos do OSB.

Academia Brasileira de Contabilidade

Idésio Coelho, presidente do Ibracon, tomou posse na cátedra de número 40 da Academia Brasileira de Contabilidade (Abracicon).

Em seu discurso de posse, Idésio destacou que o papel da Abracicon é "muito importante para que a Contabilidade brasileira cumpra a sua missão de contribuir para a transparência e a ética nos setores público e privado; para o crescimento da economia e a criação de um ambiente de negócios cada vez mais saudável e permeado pelo compliance".

Presidente do Ibracon apresenta trabalho no CFC

Idésio Coelho, presidente do Ibracon e membro do Conselho de Administração da International Federation of Accountants (Ifac), participou da reunião plenária ordinária do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na sede da entidade, em Brasília.

Atuando no *board* da entidade que representa os contadores de mais de 130 nações, Idésio Coelho levou aos conselheiros do CFC um balanço do trabalho que está realizando na Ifac.



Mudanças no horizonte

Foto: arquivo pessoal



Tadeu Cendón

IAESB revisa
Norma de
Educação
Profissional
Continuada



Chris Austin

Foto: arquivo IFAC

Novidades impactam especificamente a formação dos profissionais da Contabilidade e podem passar a valer internacionalmente em 2019.

“A contabilidade é uma ciência de grande aplicação prática. E, justamente por impactar o dia a dia das pessoas, tornou-se uma das profissões mais reguladas no mundo. É natural que haja essa exigência de o profissional manter-se atualizado, para atender as demandas do mercado e entender as transações atuais, dando-lhes o tratamento contábil adequado. Sem educação profissional continuada, seria muito mais difícil traduzir adequadamente essa realidade para os registros contábeis”.

As palavras de Tadeu Cendón, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Nacional, enfatizam a importância da educação profissional continuada no contexto brasileiro e internacional da contabilidade. E essa relevância aumenta ainda mais, num momento em que o International Accounting Education Standards Board (IAESB), entidade internacional dedicada a elaborar normas de educação na área contábil, propõe a revisão da Norma de Educação Profissional Continuada para contadores.

Segundo o IAESB, a proposta de revisão da Norma Internacional de Educação (IES) 7 coloca maior ênfase na aprendizagem e no desenvolvimento diretamente relacionados às responsabilidades profissionais do contador, visando a aplicação prática.

Assim, a revisão parte da norma atual e encoraja as entidades-membro da International Federation of Accountants (Ifac) a reexaminar seus programas de Educação Profissional Continuada (EPC). “Muitos programas de EPC se beneficiarão de uma abordagem mais inovadora no aprendizado e no desenvolvimento, dados os avanços tecnológicos e educacionais em curso”, declara Chris Austin, presidente do IAESB.

E QUE MUDANÇAS SÃO ESSAS?

Uma das alterações propostas diz respeito à exigência de Educação Profissional Continuada, que passaria a valer para todos os contadores, independentemente do porte da entidade em que atuam.

Outra alteração fundamental proposta refere-se à ampliação do rol de atividades que poderão ser consideradas no cumprimento de horas de EPC. Publicação de artigo não científico, autoria ou coautoria de matérias contábeis (que não sejam necessariamente científicos) e prática profissional, desde que com os controles adequados para comprovação são exemplos de atividades que, até agora, não valiam pontos, mas que podem começar a valer.

“As mudanças abraçam as inovações, pois enfatizam as exigências existentes e focalizam as abordagens de mensuração recomendadas no aprendizado, enquanto sublinham o alcance das abordagens disponíveis”, afirmou Austin, acrescentando que “será elaborada uma lista de evidências verificáveis para atestar o efetivo cumprimento do EPC.”

Se tudo correr conforme o previsto, a adoção internacional da IES 7 deverá ocorrer em julho de 2019. ✓



Inscrições abertas para a 7ª edição do Prêmio Transparência do Ibracon

Inscrições até 30 de novembro para o 7º Prêmio Transparência do Ibracon, nas versões Universitário e Jornalismo

O Prêmio incentiva a pesquisa acadêmica e o jornalismo como difusores da contabilidade e da auditoria independente do Brasil, contando com o apoio do International Accounting Standards Board (IASB) e do Financial Reporting Council (FRC).

PRÊMIO TRANSPARÊNCIA UNIVERSITÁRIO

Poderão participar do Prêmio Transparência Universitário alunos cursando o 7º ou o 8º período de bacharelado em Ciências Contábeis em Instituições de Ensino Superior regularmente registradas no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Serão considerados trabalhos acadêmicos e artigos científicos individuais com a abordagem de temas relacionados à área de auditoria independente e serviços correlatos.

Os trabalhos inscritos são avaliados por uma comissão julgadora, indicada pelo Ibracon, composta por profissionais especialistas de reconhecida experiência em auditoria independente, com base nos critérios de 1) delimitação e relevância do tema; (2) organização, coerência e coesão textuais; (3) ortografia e gramática; (4) coerência do conteúdo técnico.

Para se inscrever, o candidato deverá ter produzido o trabalho ou artigo entre os dias 1º (primeiro) de janeiro de 2017 e 30 (trinta) de novembro de 2017. O prazo estabelecido para a inscrição encerra-se em 30 (trinta) de novembro de 2017.

Para se inscrever, o candidato deverá ter produzido o trabalho ou artigo entre os dias 1º (primeiro) de janeiro de 2017 e 30 (trinta) de novembro de 2017. O prazo estabelecido para a inscrição encerra-se em 30 (trinta) de novembro de 2017.

Uma das novidades desta edição é o formato de envio dos trabalhos e da ficha de inscrição, totalmente on-line, não sendo mais necessário o envio via correios do material impresso.

O autor do trabalho vencedor e seu professor orientador ganharão uma viagem técnico-cultural de cinco dias a Londres, na Inglaterra, com todas as despesas pagas, incluindo uma visita à sede do IASB. Além disso, a Universidade a qual o aluno pertence receberá cinco licenças do e-Book: Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) – versão mais atual, como forma de incentivo ao aprimoramento dos alunos em geral. O trabalho também será amplamente divulgado como forma de valorizar o papel do estudante, fundamental para o futuro da profissão contábil e sua perpetuidade.

PRÊMIO TRANSPARÊNCIA DE JORNALISMO

Na categoria Jornalismo, o Ibracon selecionará reportagens de mídia impressa e/ou de internet, de veículos sediados em território nacional, com periodicidade mínima trimestral, publicadas no período de 01 (um) de dezembro de 2016 a 30 (trinta) de novembro de 2017, que abordem temas relacionados à auditoria independente e serviços correlatos.

Os autores das reportagens/matérias selecionadas pela Comissão de Seleção serão contatados pelo Ibracon para a efetivação da participação. O Autor da reportagem/matéria vencedora será premiado com uma viagem técnico-cultural a Londres, com cinco dias de duração, com o objetivo de participar de fóruns internacionais de Contabilidade e Auditoria Independente e de visitar entidades internacionais representativas da profissão, além de outras formas de reconhecimento, expressas no Regulamento. ✓



Confira informações detalhadas nos hotspots:

www.ibracon.com.br/premiouniversitario
www.ibracon.com.br/premiojornalismo

União, ética e comprometimento

Márcio Shimomoto, presidente do Sescon-SP e da Aescon-SP, fala sobre sua trajetória profissional, da admiração pelo pai e da crença na contabilidade como instrumento de transformação do País



Foto: arquivo pessoal

“**P**raticamente cresci no ambiente empresarial contábil e das entidades de classe. Meu pai, Hatiro Shimomoto, foi presidente do Sescon-SP na gestão 1975-1978. Ele atua no segmento há muitas décadas. A empresa da família já tem mais de meio século de vida”.

É assim que Márcio Massao Shimomoto, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e da Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP), resume sua vocação para a profissão: ele nasceu nela. E, desde muito jovem, esse paulistano conviveu com personalidades que ele define como “grandes ícones da profissão”.

É verdade que, antes de ingressar na contabilidade, Shimomoto quis trilhar outros caminhos. “Primeiramente, cursei Administração. Mas, no começo do segundo ano de faculdade, meu pai me convidou para conduzir a empresa ao lado dele. Conhecia bem a organização, mas nunca havia ocupado um cargo de liderança. Aos poucos, fui me apaixonando pelas atividades e, por isso, fiz também o curso de Ciências Contábeis”, explica. Além de Contabilidade e Administração de Empresas, Shimomoto também cursou Direito, e fez especializações em universidades

**CAPACITAÇÃO,
TREINAMENTO E
APRIMORAMENTO
PERMANENTES
DEVEM FAZER
PARTE DA ROTINA
PROFISSIONAL**

de renome internacional, como Stanford e Florida Christian University.

Aliás, para ele, nada é mais essencial do que estudar e aprender. “Nós atuamos em um dos sistemas tributários mais complexos do mundo, que sofre mudanças a todo o momento. Além disso, a contabilidade é uma área extremamente ligada à tecnologia, às suas transformações, à inovação. Por tudo isso, a educação continuada é uma questão de ordem”, afirma. “Capacitação, treinamento e aprimoramento permanentes devem fazer parte da rotina profissional. No nosso segmento, não falta espaço para os mais qualificados. Se quisermos o sucesso na profissão, precisamos ser flexíveis, estar atentos às novidades e saber



Foto: arquivo pessoal



nos adequar a todas as mudanças e realidades”, ele ensina.

UMA LONGA TRAJETÓRIA

Segundo Shimomoto, os profissionais mais jovens nem imaginam o que significava exercer a contabilidade num país assolado pela hiperinflação – dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) mostram que, entre 1980 e 1989, a inflação média no país foi de 233,5% ao ano. Na década seguinte, entre os anos de 1990 e 1994, a variação anual subiu para 499,2%.

“Os números eram instáveis e perdiam o sentido”, recorda. “Era inevitável que os balanços anuais apresentassem defasagens”.

Mas, a partir do Plano Real, o quadro começou a mudar. O controle inflacionário trouxe outra perspectiva para a profissão, que passou a ser vista, efetivamente, em sua essência: um ponto de apoio à gestão e à tomada de decisões.

“Aos poucos, o mercado contábil foi se tornando mais sofisticado. Com a globalização, tivemos a implantação das normas internacionais da contabilidade e, sem dúvida, aprendemos a lidar com uma das inteligências fiscais mais avançadas do mundo, especialmente após o surgimento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que

revolucionou o relacionamento fisco-contribuinte”, pontua. “No mundo atual, o papel que cabe ao contabilista é o de facilitador do empreendedorismo, de parceiro estratégico das empresas e das administrações públicas”, constata.

COMPETITIVIDADE EM TEMPOS DE CRISE

Hoje, com a economia entrando novamente nos eixos, Shimomoto ressalta que a contabilidade é um grande instrumento de gestão e tem mecanismos para ajudar o empreendedor a cortar custos, a traçar estratégias que vão desde a estocagem dos produtos até o direcionamento final das mercadorias, passando, é claro, pela escolha do regime de tributação mais adequado e pela tomada de precauções que evitem ônus futuros. “Costumo também recomendar a interação dos empresários com as entidades de classe, participando de encontros, reuniões, câmaras setoriais, palestras, programas de qualidade etc. Essa troca de experiências e conhecimentos é muito valiosa”, ele afirma.

Aliás, só da diretoria do Sescon-SP, ele participa há dez anos: “Comecei na gestão 2007-2009, em seguida assumi o cargo de vice-presidente Administrativo na gestão 2010-2012 e de vice-presidente na gestão

2013-2015. Agora, até o fim de 2018, atuo como presidente, tanto do Sescon-SP quanto da Aescon-SP”

Ele conta que as duas entidades de classe estão empenhadas na busca por melhorias do ambiente de negócios no País. “Empunhamos as bandeiras da redução da carga tributária, da desburocratização e da melhoria do ambiente empreendedor brasileiro”, explica. Segundo Shimomoto, na crise ética e moral que atinge o Brasil, a contabilidade deve ser lembrada como ferramenta essencial ao controle e à transparência das contas privadas e públicas.

LAZER, SÓ COM A FAMÍLIA

Casado há 25 anos com a farmacêutica bioquímica Dirce Akemi Shimomoto, é pai de Giulia, 22, Nataly, 20, e Paola, 19. A caçula cursa enfermagem, mas as mais

velhas já estão trilhando o caminho do pai e do avô: Giulia é formada em Administração, e Nataly, estudante de Contabilidade.

“Meus momentos de lazer são quase sempre dedicados à minha família. Gosto de viajar, passear... Correr também é um hobby”, revela.

O pai, de quem herdou o gosto pela Contabilidade e recebeu a chance de trabalhar na área, continua na ativa: “Ele é um exemplo de vida. Honrado, honesto, competente. Cons-

truiu empresas sólidas com dignidade, empregou muitas pessoas e sempre procurou beneficiar a comunidade. Foi deputado estadual por vários mandatos, sempre lutando por causas empresariais, sociais e cívicas”, assinala. “Além disso, ele me ensinou algo muito importante, que busco colocar em prática inclusive como presidente de entidade de classe: a união faz a força.”

**NO MUNDO ATUAL,
O PAPEL QUE CABE
AO CONTABILISTA É
O DE FACILITADOR DO
EMPREENDEDORISMO,
DE PARCEIRO
ESTRATÉGICO DAS
EMPRESAS E DAS
ADMINISTRAÇÕES
PÚBLICAS**



Foto: arquivo pessoal



Bitcoins: riscos tributários, criminais e econômicos das moedas virtuais

Moedas virtuais.

Será que elas vieram para ficar? Como contabilizá-las? Entender esse novo ativo é mais um desafio imposto a contadores e auditores independentes

Como muitas novidades do mundo eletrônico, elas surgiram silenciosamente e foram se alastrando – hoje, as moedas virtuais movimentam centenas de milhões de dólares por mês.

Com mais de 80% de participação, as *Bitcoins* são a marca dominante deste mercado que inclui dezenas de concorrentes, como *Litecoin*, *Peercoin*, *Feathercoin*, *e-Gold*, *Web-Money* etc. Sem mecanismos eficazes de monitoramento, alguns governos estabelecem

normas, mas estas têm pouco ou nenhum efeito prático, expondo ainda mais a impotência do Estado perante esse novo desafio.

Neste artigo, pretendemos discutir alguns aspectos das moedas virtuais, incluindo riscos que afetam cidadãos, empresas, governos e a sociedade.

EVASÃO TRIBUTÁRIA

Existe um debate sobre a natureza das moedas virtuais – se devem ser caracterizadas



Foto: arquivo pessoal

como moeda ou como um bem. O que se tem certeza é que sua forma de criação e troca dificulta ou inviabiliza o rastreamento das operações.

Embora possuam as características típicas das moedas (escassez, maleabilidade e durabilidade) e sejam principalmente utilizadas para esse fim, os governos têm adotado outra linha de classificação, preferindo classificá-las como um bem. Enquanto bens, as moedas virtuais estariam sujeitas à taxação

na sua “produção”, chamada de “mineração”, bem como na sua transmissão de um proprietário a outro.

É pouco provável, dadas suas características imateriais, que as moedas virtuais sejam taxadas quando da sua produção, com aplicação de IPI, por exemplo. E a simples posse de um bem não é fato tributável. Ele pode, no entanto, gerar ganhos de capital, ser vendido, doado, transmitido por herança – todos contextos tributáveis. É neste raciocínio que





as autoridades tributárias se apoiam para enquadrar a propriedade e as transações com moedas eletrônicas. Aos intermediários – entidades que facilitam ou realizam as transações de moedas virtuais –, também se deve dedicar um esforço de enquadramento tributário, visto que realizam atividade assemelhada às corretoras de câmbio. E, se possível, impor-lhes regras de *compliance*, para combater práticas ilícitas ao seu abrigo.

Governos realizam esse esforço regulatório, visto que apenas havendo antecedente normativo será possível cobrar obrigação tributária futura. Mas resta o problema da ausência de capacidade fiscalizatória – e, sem sanção, não há norma!

CRIMES CONTRA A PESSOA E O PATRIMÔNIO

Um *cyberataque*, ocorrido em maio de 2017, foi apenas o mais recente exemplo de por que as moedas virtuais são a forma de pagamento preferida pelos criminosos. Milhares de pessoas afetadas pagaram o “resgate” (*ransomware*) em *Bitcoins* para terem de volta seus

arquivos, que haviam sido “sequestrados” por *hackers*, sem possibilidade de rastreamento ou reversão. Outros crimes estão se valendo desse canal invisível para monetizar suas operações. Um site especializado em drogas ilícitas (*Silk Road*) orienta seus usuários a realizar pagamentos com moedas virtuais. E nem mesmo os usuários do sistema estão protegidos: por meio de ações realizadas dentro e fora da *internet*, criminosos subtraem *Bitcoins* das vítimas sem que haja possibilidade de identificar o destino ou reaver valores. Os defensores das liberdades individuais, muitos

dos quais envolvidos na criação de moedas virtuais, devem compreender que a ausência de controle estatal pode ser tão nefasta quanto o controle estatal excessivo.

INSTABILIDADE MACROECONÔMICA

O terceiro risco trazido pelas moedas virtuais está relacionado à gestão macroeconômica dos países. Economias prosperam apoiadas em fundamentos e em confiança. Governos aprenderam a gerenciar suas moedas para evitar surtos inflacionários e estimular o consumo, embora ainda cometam muitos erros – alguns dos quais usados como justificativa para a criação das moedas virtuais. Porém, não há garantia de que estas sejam bem gerenciadas pelos seus criadores, com o agravante de que expõem a risco a economia global. Governos têm razões fortes para desejar a prosperidade econômica dos países que governam. O mesmo não se pode afirmar sobre os criadores de moedas virtuais. A própria criação das *Bitcoins* é cercada de mistério, incluindo o desaparecimento do seu suposto criador.

Diante disso, alguns governos decidiram proibir o uso das moedas virtuais em seus mercados. Rússia, Peru, Equador, Afeganistão e China estão entre os que decidiram bani-las – e, conseqüentemente, ficar fora de um mercado que, no futuro, poderá ser uma parte expressiva da economia.

Estamos assistindo aos primeiros capítulos de uma história cuja trama parece complexa demais para um desfecho tranquilo. Futuras contribuições a este debate poderão lançar luz sobre como desfrutar dos benefícios das moedas virtuais, mitigando pelo menos os mais graves riscos a elas associados. Hoje, porém, qualquer “previsão” sobre seus rumos seria um exercício de futurologia. ✓

Prof. Ricardo Britto, Doutor em Administração pela FEA/USP, Diretor da International Business School (IBS) Americas.

**POR MEIO DE AÇÕES
REALIZADAS DENTRO
E FORA DA INTERNET,
CRIMINOSOS
SUBTRAEM BITCOINS
DAS VÍTIMAS
SEM QUE HAJA
POSSIBILIDADE
DE IDENTIFICAR
O DESTINO OU
REAVER VALORES**

“Crescemos, e muito. Por isso estamos trazendo a BDO”

BDO Audit Services



A BDO é a quinta maior empresa de auditoria do Brasil e do mundo, possui em sua carteira mais de 60 empresas de capital aberto no Brasil.

O departamento de mercado de capitais da BDO possui ampla experiência em atendimento a grandes grupos econômicos, que possuem operações complexas, e por conseguinte, demandam um alto conhecimento técnico, tanto do negócio quanto de legislação nacional e internacional.

Audit | Tax | Advisory | Outsourcing
relacionamento@bdobrazil.com.br
www.bdobrazil.com.br





Giro pelas Regionais

2ª Seção Regional

Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Recife

Conferência de Contabilidade

A 2ª Seção Regional do Ibracon promoveu a 2ª Conferência Regional de Contabilidade e Auditoria Independente, em Recife, dia 22 de setembro. O evento levou aos profissionais os principais temas abordados na 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, realizada em São Paulo, nos dias 26 e 27 de junho.

40 anos da APECICON

O presidente da 2ª Seção Regional do Ibracon, Marcelo Galvão Guerra, participou da solenidade em comemoração aos 40 anos da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis (APECICON), em Pernambuco.

3ª Seção Regional

Rio de Janeiro e Espírito Santo

Reunião no CRC-RJ

Paulo Buzzi Filho, presidente da 3ª Seção Regional do Ibracon, participou da reunião realizada em julho na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ), para avançar nos assuntos do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) de responsabilidade da Comissão de Educação Profissional Continuada do CRC-RJ.

Observatório Social

O presidente da 3ª Seção Regional do Ibracon, Paulo Buzzi Filho, participou da assembleia de fundação do Observatório Social do Brasil - Rio de Janeiro, dia 26 de julho, na sede do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindfisco), no Rio de Janeiro.



Foto: arquivo CRCRJ

4ª Seção Regional

Minas Gerais, Distrito Federal, Tocantins e Goiás

XI Convenção de Contabilidade

A 4ª SR Regional participou da XI Convenção de Contabilidade de Minas Gerais, com a presença do presidente da Regional, Paulo Cezar Santana e do diretor de Desenvolvimento Profissional da Regional, Flávio de Aquino Machado.



Foto: arquivo Ibracon

Educação Profissional Continuada

Em 30 de junho, o diretor de Desenvolvimento Profissional da Regional, Flávio de Aquino Machado, participou de reunião da Comissão de Educação Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília.

Cursos na Regional

A Regional ofereceu os cursos sobre CPC 27 Ativo imobilizado e CPC 01 Redução ao valor recuperável de ativos; e CPC 28 Propriedades para investimento, CPC 04 Ativo intangível e CPC 16 Estoques, em Brasília, nos dias 31 de agosto e 1 de setembro, respectivamente.

5ª Seção Regional

São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Programa de conformidade fiscal

Representando a 5ª Seção Regional do Ibracon, o diretor Valdir Campos Costa participou da audiência pública para a apresentação da Minuta do Projeto de Lei da Transparência dos Critérios de Conformidade Tributária aos empresários e profissionais contábeis.

Novo diretor da CVM

Carlos Pires, diretor Técnico da 5ª Seção, participou, junto com integrantes da Diretoria Nacional do Ibracon, da cerimônia de apresentação do novo diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Gustavo González, ocorrida em agosto no Rio de Janeiro.

Seminário Gescon

Carlos Pires também participou da abertura oficial do 7º Seminário de Gestão de Empresas de Serviços Contábeis (Gescon), realizado em agosto pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon-SP).

Desenhando o futuro

Valdir Campos Costa, diretor da 5ª SR, participou da 80ª formatura da Ação Desenhando o Futuro, promovido pelo programa Sescon Solidário, do Sescon-SP. Por meio de parcerias com instituições, essa ação prepara adolescentes de baixa renda para os seus primeiros passos na profissão Contábil.

Sindcont-SP, 98 anos

O diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª SR, Marco Antonio de Carvalho Fabbri, participou, junto com Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, da comemoração dos 98 anos do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP) na sede do sindicato.

Observatório Social

A 5ª Seção Regional do Ibracon participou no dia 14 de agosto, de reunião com o Observatório Social do Brasil - São Paulo na sede do Instituto, em São Paulo.



Foto: arquivo Ibracon

6ª Seção Regional

Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Museu Itinerante da Contabilidade

A 6ª Seção Regional do Ibracon representada pelo presidente Marcelo de Deus Saweryn participou da inauguração do Museu Itinerante da Contabilidade e da sessão de cinema – CineContábil Abracicon - com o filme “A imagem do profissional da Contabilidade”.

Homenagem ao Sescon-RS

Marcelo de Deus Saweryn, presidente da 6ª Seção Regional, e Paulo Ricardo Pinto Alaniz, diretor Técnico, representaram o Ibracon na homenagem realizada em julho pela Câmara Municipal de Porto Alegre, em comemoração aos 30 anos do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul (Sescon-RS).

Normas de Auditoria

A 6ª Seção Regional do Ibracon promove o curso Normas de Auditoria para Pequenas e Médias Empresas em parceria com o Centro Universitário Metodista. O curso, que teve início em julho, deverá ser concluído em dezembro.

Cartilha orientativa

O presidente da 6ª Seção Regional do Ibracon, Marcelo de Deus Saweryn, e o diretor Técnico, Paulo Alaniz, participaram da cartilha orientativa “Ambiente Contábil na Prática”, uma iniciativa do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS).

Réplica da 7ª Conferência

A 6ª SR do Ibracon realizará em 21 de novembro o III Seminário de Auditoria e Contabilidade, com o objetivo de difundir os principais assuntos abordados durante a 7ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, realizada em junho em São Paulo.

Mulher Contabilista e Convenção de Contabilidade

A cidade de Gramado recebeu em agosto o XI Encontro Nacional da Mulher Contabilista e a XVI Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. O evento contou com a participação do presidente da 6ª SR, Marcelo de Deus Saweryn.

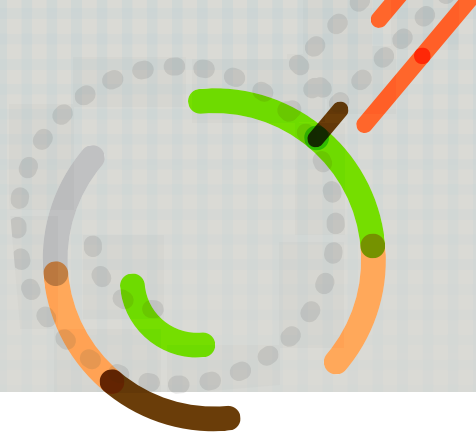
9ª Seção Regional

Bahia

A diretora Técnica da 9ª Seção Regional do Ibracon, Shirley Nara, participou no dia 29 de agosto do 1º Seminário de Auditoria e Contabilidade Aplicada às Empresas, Entidades Públicas e Organizações Sem Fins Lucrativos, em Salvador.

A diretora palestrou sobre o tema “O papel do Auditor na prevenção a fraudes e à lavagem de dinheiro”.

Para informações detalhadas, acesse o Portal Ibracon: www.ibracon.com.br



Orientação OCPC 04

O Ibracon enviou ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) comentários sobre as propostas de alteração da Orientação OCPC 04 – Aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), às entidades de Incorporação Imobiliárias (Audiência Pública 04/2017).

Ibracon cria GT Novo Relatório

Para avaliar o resultado da adoção do Novo Relatório do Auditor no ambiente brasileiro, o Ibracon criou o Grupo de Trabalho (GT) Novo Relatório, com representantes da profissão, do mercado, da academia, de órgãos reguladores e de outros organismos que podem contribuir para sua melhoria e para um melhor entendimento. O Ibracon também mantém um *hotsite* para centralizar as informações sobre o tema.

Circular 06/2017

Em dezembro de 2016, a RFB emitiu a Instrução Normativa (IN) nº 1.679, que alterou a redação do artigo 5º da IN nº 1.420/13 no que se refere à substituição de Escrituração Contábil Digital (ECD).

O Ibracon emitiu a Circular nº 06/2017, sobre os Termos de Verificação para Fins de Substituição mencionado na referida IN.

Resolução CFC 1.445

O Ibracon enviou ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) comentário sobre a Audiência Pública para alteração da Resolução CFC nº 1.445, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos profissionais e organizações contábeis para cumprimento das obrigações previstas na Lei nº 9.613/98 e alterações posteriores.

Comentários ao Iesba

O Ibracon enviou ao International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba) comentários ao Exposure Draft (ED) relativo ao Ceticismo Profissional e ao Julgamento Profissional – ênfase na compreensão dos fatos e circunstâncias.

Comentários ao IAASB

O Ibracon também enviou ao International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) comentários ao Exposure Draft ISA 540 (revised) Auditing Accounting Estimates and Related Disclosures (ED-540). O Instituto considera apropriado o IAASB revisar a ISA 540 para refletir a natureza evolutiva dos padrões de relatórios financeiros que abordam as estimativas contábeis.

Incentivo à inovação

O Ibracon enviou comentários para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O documento refere-se à consulta pública para propor um Plano de Trabalho Padronizado para a execução de certos procedimentos, a serem efetuados pelo auditor independente. O objetivo é confirmar que os requisitos estabelecidos para o compromisso do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – Inovar-Auto foram cumpridos, bem como sugerir que o escopo do trabalho seja realizado de acordo com a NBC TSC 4400, com o Manual do Inovar-Auto e com os demais procedimentos previstos na Portaria nº 133-SEI.

Exposure Draft IES 7

O Ibracon enviou para o International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba) comentários sobre o Exposure Draft IES 7 - Educação Profissional Continuada (Revisada).

Ibracon participa de evento do TCU

Foto: arquivo TCU



O Ibracon participou da abertura dos cursos de Pós-Graduação em Auditoria Financeira e Auditoria do Setor Público do Tribunal de Contas da União (TCU). A solenidade aconteceu no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), escola de governo do TCU, em Brasília.

O evento, aberto pelo presidente do TCU, Raimundo Carneiro, foi acompanhado pelo presidente do Ibracon, Idésio Coelho, pelo diretor Técnico, Rogério Garcia, e pelo superintendente geral, Marco Aurélio Fuchida.

Rogério Garcia fez apresentação discorrendo sobre o papel do profissional de auditoria independente e o alcance do seu trabalho, destacando a evolução da atividade e os caminhos seguidos para o seu progresso no Brasil, em prol de um mercado de capitais eficiente, dinâmico e transparente.

Ao final do evento, Idésio Coelho reforçou a relevância da iniciativa e da atuação sinérgica entre o Ibracon e o TCU no processo de formação e capacitação profissional.

O presidente do Ibracon também abordou as frentes de atuação e as iniciativas do Instituto para o fortalecimento da

profissão e para promover maior transparência, prevenção à corrupção, eficiência da gestão, ética e integridade nas relações entre o público e o privado.

Na ocasião, também estiveram presentes o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário; o diretor-geral do ISC, Maurício de Albuquerque Wanderley; o secretário-geral de Controle Externo do TCU, Claudio Castello Branco; a vice-presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Lucilene Florêncio Viana; e os conselheiros do CFC Sérgio Faraco e Juliana Aparecida Soares Martins.

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) é a escola de governo do Tribunal de Contas da União (TCU), cujo nome homenageia Innocência Serzedello Corrêa (ISC), que atuou como ministro da Fazenda entre 1892 e 1893, tendo sido responsável pela regulamentação e funcionamento do TCU, cuja autonomia defendeu, não só como órgão responsável pelo registro das despesas, mas, sobretudo, como instituição moralizadora dos gastos públicos. ✓



Foto: arquivo TCU

Conheça as firmas de auditoria associadas ao Ibracon

Alagoas

Convicta Auditores Independentes S/S
Maceió, AL / Tel: (82) 3336-5479

Amazonas

Baker Tilly Brasil Norte S/S –
Auditores Independentes – EPP
Manaus, AM / Tel: (92) 3232-6046

Jd Auditores Independentes – Ltda
Manaus, AM / Tel: (92) 3631-0118

Bahia

Audicont – Auditores e Consultores S/C
Salvador, BA / Tel: (71) 3341-8977

Performance Auditoria e
Consultoria Empresarial S/C
Salvador, BA / Tel: (71) 3113-4530

Ceará

Controller Auditoria e
Assessoria Contábil S/C
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3208-2700

Dominus Auditoria Consultoria
e Treinamentos S/S
Fortaleza, CE / Tel: (85) 3224-6393

Distrito Federal

Ápice Contábil – Auditores
Independentes S/S Ltda
Brasília, DF / Tel: (61) 3346-0667

Audiger Auditores e Consultores
Brasília, DF / Tel: (61) 3328-2628

Global Auditores Independentes S/C
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-5494

Itecon Instituto Técnico de
Consultoria e Auditoria
Brasília, DF / Tel: (61) 3224-7799

Goiás

Masters Auditores Independentes S/C
Goiânia, GO / Tel: (62) 3224-6116

Minas Gerais

ADPM – Administração Pública
Para Municípios Ltda
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 2102-3711

Baker Tilly Brasil MG Auditores
Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3118-7800

Castro, Serra, Nirdo Auditores
Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3226-6286

Fernando Motta e Associados
Auditoria Independente
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3221-3500

Nexia Teixeira Auditores
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3282-9939

Orplan Auditores Independentes
Belo Horizonte, MG / Tel: (31) 3115-1400

Paraná

Bazzaneze & Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3322-9098

CPN Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3222-0048

Muller & Prei Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3078-9990

Torre Auditores Independentes S/S
Curitiba, PR / Tel: (41) 3018-3880

Pernambuco

ARC & Associados Auditores
Independentes S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3035-6500

Chronus Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3231-6563

Directivos Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3325-2251

Ferreira & Associados Auditores Independentes
Jaboatão dos Guararapes, PE
Tel: (81) 3453-5553

Guimarães & Associados Aud. e Cons. S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3465-0762

PHF Auditores Independentes
Recife, PE / Tel: (81) 3467-4565

Referencial Auditores e Consultores S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3421-9001

SA Leitão Auditores S/C
Recife, PE / Tel: (81) 3366-9922

100Porcento Auditores Independentes S/S
Recife, PE / Tel: (81) 3242-2406

Rio de Janeiro

Acal – Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2159-8801

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2156-5800

Critério Auditores e Consultores
Associados S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2233-0977

Crowe Horwath Bendoraytes e
Cia Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3385-4662

FSA Network

Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-6200

HLV Auditores S/S

Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2262-5115

Indep Auditores Independentes S/C
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2263-5189

LMPG Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2524-0345

Loudon Blomquist Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2509-8658

Opinião Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2223-2785

Premiumbravo Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 3410-3679

Walter Heuer Auditores Independentes
Rio de Janeiro, RJ / Tel: (21) 2240-1332

Rio Grande do Sul

Arruda & Matos Auditores Associados S/S
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3072-5282

Maciel Auditores S/S EPP
Porto Alegre, RS / Tel: (51) 3037-5034

Santa Catarina

Berkan Auditores Independentes
Blumenau, SC / Tel: (47) 3035-2668

Martinelli Auditores
Joinville, SC / Tel: (47) 2101-1900

Sergipe

A Priori Auditores Independentes S/S
Aracaju, SE / Tel: (79) 3011-5005

Ricarte Contabilidade S/C LTDA
Aracaju, SE / Tel: (79) 2106-3800

São Paulo

4partners Auditores Independentes S/S
São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-2510

Aguiar Feres Auditores Independentes S/S
Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3632-3100

Alonso Barreto e Cia Auditores
Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-8310

Andreoli e Associados
Auditores Independentes
São Paulo, SP / Tel: (11) 5052-6250

Ápice Auditores Independentes Ltda.
São Paulo, SP / Tel: (11) 3171-2727

Apply Auditores Associados
Santos, SP / Tel: (13) 3228-2700

Approach Auditores Independentes
Presidente Prudente, SP / Tel: (18) 3916-5185

As firmas estão listadas por Estado, considerando a jurisdição de associação, que pode ser feita em mais de uma Seção Regional do Ibracon. A identificação do Estado não significa a área geográfica de atuação, informação que deve ser consultada diretamente com a firma selecionada. O Ibracon não é uma instituição certificadora de seus associados.

**Assessor Bordin Consultores
Empresariais Ltda**

São Paulo, SP / Tel: (11) 3526-7346

Atac Auditores Independentes S/S

Santos, SP / Tel: (13) 3221-8879

Athros Auditoria e Consultoria

São Caetano, SP / Tel: (11) 4435-7302

Attest Auditores Independentes

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3237-3534

Audilink e Cia Auditores Ltda

São Paulo, SP / Tel: (11) 3819-2207

Audiesp Auditoria e Consultoria S/S

Campinas, SP / Tel: (19) 3255-7966

Audisa Auditores Associados

Santana de Parnaíba, SP / Tel: (11) 3661-9933

Auditora Brasileira S/S

Limeira, SP / Tel: (19) 3701-4718

**Azevedo Auditoria e Assessoria
Contábil Ltda.**

Araçatuba, SP / Tel: (18) 3117-4500

BC Control Auditoria e Consultoria

São Paulo, SP / Tel: (11) 3828-0911

BDO RCS

São Paulo, SP / Tel: (11) 3848-5880

BKR Lopes, Machado

Auditores e Consultores

São Paulo, SP / Tel: (11) 5041-4610

BLB Auditores Independentes

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3941-5999

Caaud Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 9.8609-7089

CCA Continuity Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 2613-0293

Cokinos & Associados Auditores

Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5085-0280

Conaud Auditores Independentes S/C

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3931-1718

Confiance Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5044-0683

Consulcamp Auditoria e Assessoria

Campinas, SP / Tel: (19) 3231-0399

Cotrin e Associados Auditores

Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-9185

Crowe Horwath Macro Auditores

Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5632-3733

De Biasi Auditores Independentes

São José dos Campos, SP / Tel: (12) 2138-6000

Deloitte

São Paulo, SP / Tel: (11) 5186-1000

EY

São Paulo, SP / Tel: (11) 2573-3000

Evolução Auditores Independentes S/S

Campinas, SP / Tel: (19) 3324-6696

Exame Auditores Independentes

Nova Ribeirânia, SP / Tel: (16) 3514-5300

Fabbri Auditores

São Paulo, SP / Tel: (11) 3141-0398

Factual Auditores Independentes

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3877-6569

FSA Network

São Paulo, SP / Tel: (11) 3097-9994

Galloro e Associados Auditores

Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3255-0555

Geasc – Auditoria, Assessoria

e Serviços Contábeis Ltda.

São Paulo, SP / Tel: (11) 2272-3501

Grant Thornton Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3886-5100

Hirashima & Associados

Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-0007

Igaf – Rodyo's Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 5081-5458

Irmãos Campos e Cerbocini

Auditores Associados

São Paulo, SP / Tel: (11) 3675-1228

JDM Auditores e Consultores S/C

São Paulo, SP / Tel: (11) 3872-1995

KPMG

São Paulo, SP / Tel: (11) 3940-1500

KSI Brasil Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3218-7795

LCC Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3798-3313

LM Auditores Associados

São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-3962

Lopes Auditoria e Contab. Ltda.

Piracicaba, SP / Tel: (19) 3434-3659

Magalhaes Andrade Auditores

Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 3814-3377

MAP Auditores Independentes EPP

São Paulo, SP / Tel: (11) 3288-9191

Mazars Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 3524-4500

Moore Stephens Lima Luchesi

Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5561-2230

Moore Stephens Prisma

Auditoria e Consultoria

Ribeirão Preto, SP / Tel: (16) 3019-7900

Narazzaqui HF & Cia – Auditores

São Paulo, SP / Tel: (11) 5572-4156

Opinion Auditores e Consultores S/C

São Paulo, SP / Tel: (11) 3256-4864

Padiani Auditores Independentes S/S

Boituva, SP / Tel: (15) 3263-1798

Padrão Auditoria S/S

São Paulo-SP / Tel: (11) 5080-5855

Partnership Auditores e Consultores S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 3541-2992

Pemom Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 2619-0500

Peppe Associados Consultores

e Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5531-9975

PP&C Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3883-1600

PwC

São Paulo, SP / Tel: (11) 3674-2000

Rengi Trevor Auditores Independentes S/S

São Paulo, SP / Tel: (11) 2129-8980

RM Auditoria Contabil – S/S

Santos, SP / Tel: (13) 3222-5848

Rodl e Partner Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 5094-6060

Sacho Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 2796-2977

SGS Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3862-1844

Simionato Auditores Independentes

Campinas, SP / Tel: (19) 3255-8040

Taticca Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 3062-3000

Triade Auditores e Consultores

São Paulo, SP / Tel: (11) 3079-3022

Units Auditores e Consultores S/C

São Paulo, SP / Tel: (11) 5102-3793

Unity Auditores Independentes

São Paulo, SP / Tel: (11) 2869-8358

Upwards Auditores Independentes S/S EPP

São Paulo, SP / Tel: (11) 5503-6588

W.R.M Auditoria e Consultoria S/S Ltda

Bauru, SP / Tel: (14) 9.9148-7076

Base: setembro/17



A Revista Transparência é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Eduardo Augusto Rocha Pocetti

Secretário

Jorge Luiz Canabarro Menegassi

Membros

Adeildo Osório de Oliveira
Altair Tadeu Rossato
Antomar de Oliveira Rios
Ernesto Rubens Gelbcke
Fernando Dantas Alves Filho
Idésio da Silva Coelho Júnior
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Cezar Santana
Pedro Augusto de Melo
Raul Corrêa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Sergio Antonio Dias

DIRETORIA NACIONAL

Presidente

Idésio da Silva Coelho Júnior

Diretor Técnico

Rogério Hernandez Garcia

Diretor de Administração e Finanças

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Diretor de Desenvolvimento Profissional

Tadeu Cendón Ferreira

Diretor de Regionais

Adelino Dias Pinho

Diretor de Comunicação

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Diretora de FAPMP

Monica Foerster

Superintendente

Marco Aurelio Fuchida

CONSELHO EDITORIAL

Adelino Dias Pinho

Alfried Plöger

Fábio Moraes da Costa

Fernanda Queiroz Rivelli

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Henrique José Fernandes Luz

Jorge Alberto da Cunha Moreira

Jorge Luiz Canabarro Menegassi

Marco Aurelio Fuchida

Renato Souza

Wellington Rocha

Colaboração

Shirlei Liberal Nogueira Lima

SEDE NACIONAL

Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

SEÇÕES REGIONAIS

1ª Seção Regional

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, CE
Fone/fax: (85) 3065-1099,
(85) 98833-4414
ibraconprimeira@ibracon.com.br

2ª Seção Regional

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174, (81) 99191-0311
ibraconsegunda@ibracon.com.br

3ª Seção Regional

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção Regional

Rua Santa Catarina, 1630,
sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção Regional

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção Regional

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção Regional

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br

EXLibris

1998 comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável:
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora-chefe:
Geralda Privatti

Redação:
Cláudio Camargo
Sílvia Lakatos

Projeto gráfico e Edição de arte:
Cesar Mangiacavalli

Impressão:
Vox Editora

Confiança faz parte do negócio.

Como você mostra a seus stakeholders que eles podem confiar na sua empresa?

A qualidade dos serviços de Auditoria da KPMG contribui para fortalecer a confiança dos investidores, credores e outros stakeholders sobre as informações financeiras elaboradas por sua empresa. Saiba mais em www.kpmg.com.br

Anticipate tomorrow. Deliver today.



GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO

EDUCAÇÃO EXECUTIVA | IN COMPANY | EDITORA

Trevisan

ESCOLA DE NEGÓCIOS



NOVA SEDE DE SÃO PAULO NO BROOKLIN NOVO

Criada para transformar alunos em gestores de destaque, a Trevisan Escola de Negócios avança mais uma etapa em sua trajetória. Sempre em busca de proximidade com o mundo empresarial, agora estamos em nova sede no Brooklin Novo, próximo à Berrini, região que conta com mais de 5 mil organizações e com novos diferenciais para você:

- ▶ Infraestrutura e recursos tecnológicos de ponta
- ▶ Salas de aula modernas e práticas para melhor aprendizagem
- ▶ Espaço Arena do Saber para debates voltados às áreas de contabilidade e auditoria
- ▶ Biblioteca com espaço físico e virtual com grandes títulos disponíveis
- ▶ Trevisan Editora com títulos em diversas áreas de negócios que podem ser adquiridos através do site.
- ▶ Curso de Ciências Contábeis EAD (Pré-inscrições abertas)
- ▶ Mestrado em Ciências Contábeis a partir de 2019
- ▶ Área verde e espaço de convivência

CURSO MATUTINO COM HORÁRIO DIFERENCIADO: DAS 6:10H ÀS 9:30H

